

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Ano VII • De 9 a 22 de fevereiro de 1984 • Cr\$ 300,00

Argentina

Generais processados e o movimento operário em crise. Uma análise da complexa situação argentina. (págs. 8 e 9).



Na pág. 5, em entrevista exclusiva, Lula fala dos comícios que tem participado, dos desafios enfrentados pelo PT na campanha pelas diretas, do seu inconformismo com a idéia defendida por alguns de que a luta se esgota na votação da emenda que restabelece o voto direto em abril. Coloca o desafio: levar um milhão às ruas em São Paulo e, no mínimo, 500 mil no Rio para enterrar de vez o Colégio Eleitoral. E conclui, nossa luta é até a vitória:



QUEREMOS O FIM DO REGIME

Aprovado o novo acordo da dívida A lógica do suicida

No dia 27 de janeiro, o Brasil firmou com 670 bancos estrangeiros a maior operação de crédito de toda a história do sistema financeiro internacional. A operação envolve quatro itens em um total de 28 bilhões de dólares: 6,5 bilhões de empréstimos em cinco parcelas que serão entregues até o fim do ano; a rolagem do pagamento da dívida que vence este ano no valor de 5,5 bilhões; crédito comercial de curto prazo no valor de 10 bilhões e 6 bilhões de depósito a curto prazo em agências de bancos brasileiros no Exterior.

Bancada pelos grandes bancos internacionais, interessados em evitar uma situação de insolvência daquele que é hoje o maior devedor do mundo, a operação funciona como oxigênio, como fator de adiamento do estouro da dívida

externa brasileira. A lógica iniciada já em final de 1980, de obter saldos comerciais através da redução brutal das importações via a recessão da economia tem um final certo: com a recessão o Brasil vai se tornando cada vez mais incapaz de saldar a dívida pois produz menos ao mesmo tempo que aumentam os custos financeiros.

À saída da reunião que firmou o acordo, Galveas declarou que "haverá mais desemprego, mais capacidade industrial ociosa mas temos de cumprir o programa de ajuste acertado com o FMI e vamos cumpri-lo".

Por outro lado, calcula-se que este ano serão desembolsados para pagamento de juros nada menos que 13 bilhões de dólares. Em 1982, já havíamos pago de juros 11 bilhões de dólares e, no ano



Resenha Nacional

passado, esta quantia se elevou a 12 bilhões. O Brasil paga hoje a taxa de juros mais alta do Planeta, algo em torno a 13%.

Até quando durará este equilíbrio precário? É difícil estipular prazos mas é inevitável que o edifício deste acordo com 670 bancos, tão louvado pelos tecnocratas, se rompa e venha abaixo.

LSN em ação

Jair Meneghelli será julgado

O coordenador nacional da CUT, Jair Meneghelli, e o Vice-Presidente (cassado) do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente de Paula da Silva, o "Vicentinho", no dia 15 de fevereiro serão julgados na 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Militar, acusados de transgredir a Lei de Segurança Nacional.

Os sindicalistas são acusados de ter proferido "ofensas ao Presidente da República". O advogado dos sindicalistas, Luis Eduardo Greenhalg disse que a ação deve ser

declarada extinta porque a Nova Lei de Segurança Nacional não contempla como crime a injúria praticada contra o Presidente da República. Por esse motivo, a Justiça Militar Federal não tem competência para julgar, caso o processo passe a ser visto na ótica do Código Penal ou da Lei de Imprensa.

O julgamento de Meneghelli e Vicentinho, dois sindicalistas brasileiros recoloca para classe trabalhadora brasileira a necessidade de acabar com a legislação

repressiva que ameaça a liberdade de organização dos trabalhadores para conduzir suas lutas contra os patrões.

Outro condenado pela Lei de Segurança Nacional é o jornalista Juvêncio Mazzarollo, do jornal **Nosso Tempo**, de Foz de Iguaçu que se encontra preso há mais de um ano em Curitiba. Em setembro de 1983 o Supremo Tribunal Militar, para mostrar a verdadeira linguagem da "abertura", aumentou de 2 para 4 anos a pena de prisão imposta ao jornalista.

O PTB após Ivete Quem dá mais?

O PTB não só tem novo presidente, como tem um presidente — deputado Ricardo Ribeiro — muito bem relacionado: tem como patronos os ministros Leitão de Abreu (Gabinete Civil) e Delfim Neto (Planejamento). Como era de se esperar, a eleição se deu às portas fechadas e sob intenso protesto dos filiados impedidos de tomar conhecimento das negociações.

O deputado paulista Gastone Righi, desassistido nas negociações com o governo, acusou a direção nacional do PTB de fechar o partido para continuar o fisiologis-

mo desenfreado. Entende que isto é querer fazer um comércio barato com o partido fazendo dele um balcão de negócios, mercadoria de um grupo ávido de acordos para empreguismo de parentes, amigos e deles próprios. Em debate com o parlamentar carioca Roberto Jefferson, asperamente exigiu uma convenção para elevar de 54 para 121 os membros do diretório nacional.

O novo presidente falando a respeito de sucessão declarou "Vamos ver quem é o melhor candidato. Ele pode nos dar até 3

bilhões, não interessa. O que interessa é que ele seja o mais viável". Não lhe foi perguntado sobre 3 bilhões e 100 mil cruzeiros.

De qualquer forma, tranquilidade não é a tônica no PTB após a morte de Ivete: da expulsão, não resolvida, do deputado federal Jorge Cury que desobedeceu o fechamento de questão votando contra o decreto-lei 2065 até a provável mudança do prefeito de São Caetano, Valter Braido, para o PDT por discordância dos acordos PTB-PDS.

O Planalto confirma O SNI foi, é, e será

Após o escândalo do caso Baumgarten, revelado no correr do ano passado, o SNI volta a ganhar novamente as manchetes dos jornais. Desta vez, com a revelação da escuta telefônica na Assembléia Legislativa gaúcha e no Palácio do governo do Paraná. Em relação a este último, os "grampos", além de atingir o telefone do governador José Richa (PMDB), afetavam também secretarias estaduais e assessores próximos ao governador paranaense.

O caso repicou com as declarações de Andreazza, saudando "os

relevantes serviços prestados à Nação pelo SNI" e declarando que, em caso de ser eleito, "os métodos de atuação da comunidade de informação seriam mantidos". Tanta sinceridade e cinismo só foi superada pelo porta-voz do Planalto, Carlos Átila, que chegou a afirmar com serenidade que a escuta telefônica era normal e que certamente continuaria.

As informações já divulgadas publicamente sobre o poderoso Serviço Nacional de Informações dão conta de que ele dispõe de

cerca de 250 mil funcionários; se contabilizados os informantes, os volantes e os amadores, o número chegaria a um milhão de pessoas. Somente no computador da Agência Central do SNI estariam arquivadas as fichas de 250 mil brasileiros.

Todas estas denúncias só podem alimentar a convicção de que uma das conquistas mais importantes da luta democrática deverá ser o desmantelamento dos aparelhos repressivos do Estado, que tem no SNI seu principal articulador.

Economia informal A exploração clandestina

Para demonstrar que na crise econômica o capital e o trabalho não "dividem suas perdas", e o que acontece realmente é a sobre-exploração da classe trabalhadora, os dados de uma pesquisa do IBGE sobre "economia informal" revelam que no Brasil, atualmente, trabalham sem nenhum tipo de controle legal ou fiscal entre 7,2 e 7,4 milhões de pessoas. Além disso, pelo fato da pesquisa não abranger a situação dos trabalhadores no campo, aos 7,4 milhões poderiam ser acrescentados os 4,6 milhões de trabalhadores rurais que não recebem qualquer tipo de remuneração por fazer parte da família do trabalhador "bóia-fria".

A pesquisa revela também que o maior volume de pessoas empregadas sem registro formal ou qualquer tipo de garantia, prolifera nos ramos de roupas e calçados. No setor da confecção, as empresas mantêm na "legalidade" somente os departamentos de desenho, sendo entregue a elaboração de peças a famílias que trabalham em casa. É como se o Brasil tivesse retornado aos tempos do trabalho domiciliar que marcaram o nascimento do capitalismo. Na verdade, longe de se tratar de um retorno ao passado, trata-se da utilização de um desumano sistema de exploração da mão-de-obra que as empre-

sas realizam sob o olhar complacente do Estado. Isso porque no caso do trabalho domiciliar a jornada de trabalho é mais longa, não existe a proteção do seguro social (INPS) e o salário é mais aviltado.

A pesquisa revela também que em seis grandes capitais (São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife) o volume de emprego dessa "economia paralela" chega a 2 milhões. O aumento deste sistema de contratação da mão-de-obra superou longamente a taxa de crescimento da população economicamente ativa em 83. Assim, enquanto a última cresceu 4,4 por cento, o emprego na "economia paralela" chegava a 5,6 por cento. O IBGE, entidade responsável pela realização da pesquisa, assinala que "um número crescente de pessoas aptas para o trabalho não encontrou colocação no mercado formal". Enquanto outras caíram fora do mercado formal.

É igualmente importante assinalar que a pesquisa não contabiliza uma série de atividades "legais", como são o trabalho por conta própria registrado e o trabalho no campo; assim como uma série de atividades "ilegais", como o emprego de mão-de-obra-infantil.

Aureliano Chaves

O halterofilista da abertura

O exame da candidatura de Aureliano Chaves, festejada no meio conservador liberal e até bem vista em alguns setores da oposição burguesa, é interessante para se ter uma noção das dificuldades das classes dominantes se unificarem em torno de um projeto político.

A revista **Exame**, em sua pesquisa semestral sobre a penetração dos políticos nos meios empresariais, chegou a conclusão que Aureliano havia obtido 30,6% das preferências. O segundo lugar nas preferências dos 637 empresários inquiridos, com 19,5% dos votos foi dado a Hélio Beltrão que nos últimos dias abandonou a sua candidatura e aderiu à de Aureliano. Enquanto Maluf teria a confiança de 7,5% dos empresários entrevistados, Andreazza foi contemplado com 0,90% das preferências.

No entanto, é sabido que na convenção do PDS e no Colégio Eleitoral Maluf e Andreazza disputam hoje a ampla maioria dos convencionais. Enquanto Andreazza reuniu em sua festa de lançamento o apoio de seis governadores, Maluf apresentou em seu lançamento o endosso de cerca de 300 convencionais do partido. Aureliano contou com a escassa presença de um governador do PDS (Luiz Gonzaga Motta, do Ceará, mesmo assim sem ter completo domínio sob a bancada de seu

estado) e cerca de 100 convencionais do partido. Essas contas mostram algo importante: a convenção do PDS e o Colégio Eleitoral, de tão deformados e viciados, já não refletem e nem se constituem um canal de unidade para a burguesia.

Uma outra informação importante vem da análise do comportamento das Forças Armadas. Os comentários políticos enfatizam o apoio militar a Aureliano, realçado pelo engajamento público do ex-presidente Ernesto Geisel em sua campanha. A situação é de fato reveladora de uma outra face do impasse burguês: se Geisel apoia Aureliano, Golbery e Médici apoiam Maluf, enquanto Figueiredo aposta em Andreazza. As Forças Armadas estão longe do consenso em matéria sucessória.

Um terceiro e último aspecto: a pobreza, o vazio dos programas políticos dos presidencialistas, regra da qual não fugiu Aureliano em seu discurso de lançamento de candidatura. Há ausência de um projeto político burguês para a saída da crise econômica e política. E Aureliano, o candidato em alta na cotação da burguesia, revela o seu preparo para se adaptar ao papel de estadista da transição: "Deus pode não ter me dado o dom da inteligência mas me deu o dom da força física", chegou a dizer Aureliano.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro — Reg. MTPS nº 9.149
EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CCG 46.093.549-0001-10.
Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajará, 329 - Sala 12 - CEP: 30000; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20 - CEP 90000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072.

Tapem os narizes

Vamos falar do Colégio Eleitoral

Tanto casuismo, tanta falsificação de representantes, tantos biônicos, tanta mentira que uma representação de 3,7% dos brasileiros em condições de votar pode eleger o novo presidente.

Uma situação de duplo nó — que a sabedoria popular sintetiza em preso por ter cão e preso por não ter cão — se coloca quando se pensa em Colégio Eleitoral: tem-se que tratar com seriedade algo que está muito longe de qualquer forma de seriedade. Vejamos: quando o governo militar anteviu a perda da maioria no congresso, impôs, via pacote de abril, a nomeação de um senador por estado (os biônicos, como eufemisticamente foram chamados). Vendo a maré oposicionista que se formava, ladina-mente em junho de 1982 foi imposto a Emenda 22 — 6 delegados por Estado, independentemente do número de habitantes e/ou eleitores, designados pelo partido majoritário em cada Assembléia Legislativa. E é essa piada de mau gosto que pode nos impor por seis anos mais um Maluf, um andrezza ou outras excrescências como Aureliano Chaves. Na mosca, mesmo sem pretender, acertou o senador pelo PDS — Pará Aloísio Chaves, quando, defendendo o Colégio Eleitoral, disse: "Se vão continuar insistindo em procurar a origem de todas as coisas (...) vamos acabar retornando a 1964".

O que é o Colégio

E, afinal, o que é o Colégio Eleitoral? Vejamos estes números:

Partido	Delegados		Senadores	Totais
	Estaduais	Federais		
PDS	78	235	46	359
PMDB	57	200	21	275
PDT	6	23	1	30
PTB	-	13	1	14
PT	-	8	-	8

Nestes totais, onde inclusive estão somados os senadores biônicos, temos o conjunto dos eleitores do Colégio Eleitoral. Em clara matemática, cada "colegial" corresponde a 174.927 brasileiros. E não esqueçamos que 22 dos "colegiais" foram



eleitos por um único eleitor, o Sr. Ernesto Geisel (presidente eleito igualmente por um colégio altamente expurgado), por obra e graça do pacote de abril de 77. Ou seja: com uma penada aboliu o voto de 3.959.494 brasileiros (não foi só isso que ele fez, mas isto é outra história).

Tudo isto para forjar a maioria da ARENA (nome do PDS, na época). Que nos brindaria com um... JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO! Este por sua vez resolveu aumentar a representatividade do Colégio Eleitoral (Emenda Constitucional 22) determinando 6 representantes por Estado, escolhidos pelo partido majoritário em cada Assembléia Legislativa, independentemente do número de habitantes. Daí que cada conjunto de 50.445 acreanos é representado por mais 1

voto no Colégio Eleitoral. Pelo mesmo critério, um voto de um delegado paulista engloba um conjunto de 4.172.695 paulistas.

Ditadura também no PDS

Outro fato interessante é que o representante do PDS na eleição pelo Colégio Eleitoral será indicado por uma convenção na qual a representação é igualmente fraudada.

O mais novo Estado, Rondônia, tem 26 Votos Convencionais do PDS, ou seja, 1 voto para cada 19 mil habitantes. Mato Grosso do Sul tem 13 votos de convencionais, um voto para cada conjunto de 105 mil habitantes. Já o Mato Grosso tem 20 votos, 1 voto para cada 57 mil. Alguém

conseguiu entender algo? Bom, o Mato Grosso tem mil habitantes a mais que o Mato Grosso do Sul e 7 votos a mais, o que transparece uma conta especialíssima: 1 voto para cada conjunto de 142 (cento e quarenta e duas, por extenso para não deixar dúvidas) pessoas. Imagina-se como será em São Paulo, a maior população, o maior parque industrial, o maior nível de escolaridade etc etc. São Paulo tem 60 votos de convencionais, 1 para cada conjunto de 417 mil habitantes...

3,7% podem eleger o novo presidente

Um aspecto já sabido, mas que não pode ser esquecido, se prende aos resultados da eleição nov. 82. O PDS, com mais de cinco milhões a menos de votos em relação ao PMDB, ficou com 12 governos estaduais enquanto este, que atingiu um total superior a 17 milhões de votos, conseguiu oito governos estaduais. É com esta "vitória" (somado aos casuismos) que o PDS tem uma superioridade de 32 votos no Colégio Eleitoral.

Somando a falta de representatividade do Colégio Eleitoral com as deformações e inversões contidas na convenção do PDS, Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB, fez as contas e chegou a conclusão que uma representação de 3,7% dos brasileiros em condições de votar pode eleger o novo presidente do país, a prevalecer o Colégio Eleitoral.

Diante disso fica cristalino que nada pode ser atribuído a enganos, e sim evidenciado o montante de manobras, casuismos, distorções, manipulações no sentido de fazer prevalecer de qualquer forma os interesses da ditadura. Enquanto isso, um comício que contou com mais de 300 mil pessoas foi classificado como um fato corriqueiro. Só uma pergunta: por acaso pretendem os PDSistas ver acatados a imagem refletida neste poço imundo e mal-cheiroso, que é o Colégio Eleitoral?

Editorial

Novos desafios na luta pelas diretas

1. Como era esperado, o impacto do comício da Sé foi profundo, abriu brechas na guarda da ditadura, provocou uma reanimação de forças no campo do movimento de massas.

A Executiva do PDS, refletindo a pressão que está instalada no interior do próprio partido, decidiu não propor o fechamento da questão, isto é, liberou os membros do PDS no Congresso a votarem "de acordo com a sua consciência". O candidato ao Colégio Eleitoral, Aureliano Chaves, incorporou ao seu discurso a defesa teórica das eleições diretas, envolvendo-se em um cipal de contradições. Cresceu o repúdio ao Colégio Eleitoral.

Do lado do movimento de massas, os fatos são notáveis: os comícios nordestinos realizados logo em seguida ganharam dinamismo; ao todo, já são mais de 600 mil os que participaram de manifestações públicas a favor das diretas; em Minas e no Rio cresceu a pressão sobre Tancredo e Brizola para colocarem os seus governos a serviço da campanha; as pesquisas de opinião pública captam a crescente sensibilidade da população para esta luta.

2. Ao abrir possibilidades de radicalização da luta contra a ditadura, ao dar um novo impulso à campanha, o comício histórico da Sé incentivou a diferenciação no interior das forças de oposição.

Centrando a sua tática no esforço de conseguir a adesão de votos no interior do

PDS, o PMDB se preocupa em controlar a radicalização das mobilizações, começa a falar em negociação já com o regime, evitar tocar em temas proibidos.

Em São Paulo, o governo Montoro se volta contra a realização de uma marcha e um novo comício monstro em março, desaguadouro natural do crescimento da campanha. No Rio, Brizola recua sobre a idéia de uma passeata. Em Minas, o governo transfere o lançamento da campanha pelas diretas para outro dia, interessado em não ofuscar o brilho do lançamento da campanha de Aureliano na Assembléia Legislativa. Alberto Goldmann, deputado federal do PMDB ligado às correntes reformistas, defende negociações já: "temos de entender que bem ou mal, se as indiretas forem mantidas, o poder, em tese ficará com o PDS. Não é lógico que este partido abra mão de tal perspectiva a troco de nada", diz ele.

Evidenciando a disputa no interior da unidade tática, o PMDB, com sua máquina, joga o rolo compressor sobre o PT, colocando seus oradores em posição subalterna ou mesmo proibindo a fala de um representante do partido como ocorreu em Itu, no interior de São Paulo.

3. O PT, com uma máquina partidária qualitativamente mais fraca e uma presença nacional ainda por construir, tem a seu favor unicamente o potencial de radicalização da campanha, o profundo descontentamento popular.

A idéia da mobilização controlada, feita na medida para uma negociação, ela tem que opor a lógica que interessa aos trabalhadores: quanto mais profunda e mais ampla a mobilização, maior será a derrota da ditadura.

A idéia do "não revanchismo", ele tem que ter a coragem de contrapor a defesa da punição de todos os crimes cometidos pelos ditadores e seus governos, da investigação de toda a corrupção que correu solta neste país por todos estes anos.

Ao invés da idéia de que as eleições diretas por si só são a redenção, ele deve levantar a bandeira da derrubada de todos os mecanismos de opressão construídos pela ditadura, como a lei anti-greve, o aparelho de repressão, o SNI, a LSN, a lei de censura e tudo o mais.

A idéia de que nesta campanha apenas se usará os meios permitidos pela legalidade do regime, o PT deve levantar a proposta de que o movimento de massas, o movimento operário-popular, utilize as suas formas mais radicais de pressão para derrotar o regime.

A idéia liberal da discussão das diferenças, da unidade nacional, o PT deve desfraldar o conjunto das reivindicações que interessam aos trabalhadores e que está em seu programa como a reforma agrária, o rompimento com o FMI, o combate ao desemprego e ao arrocho salarial.

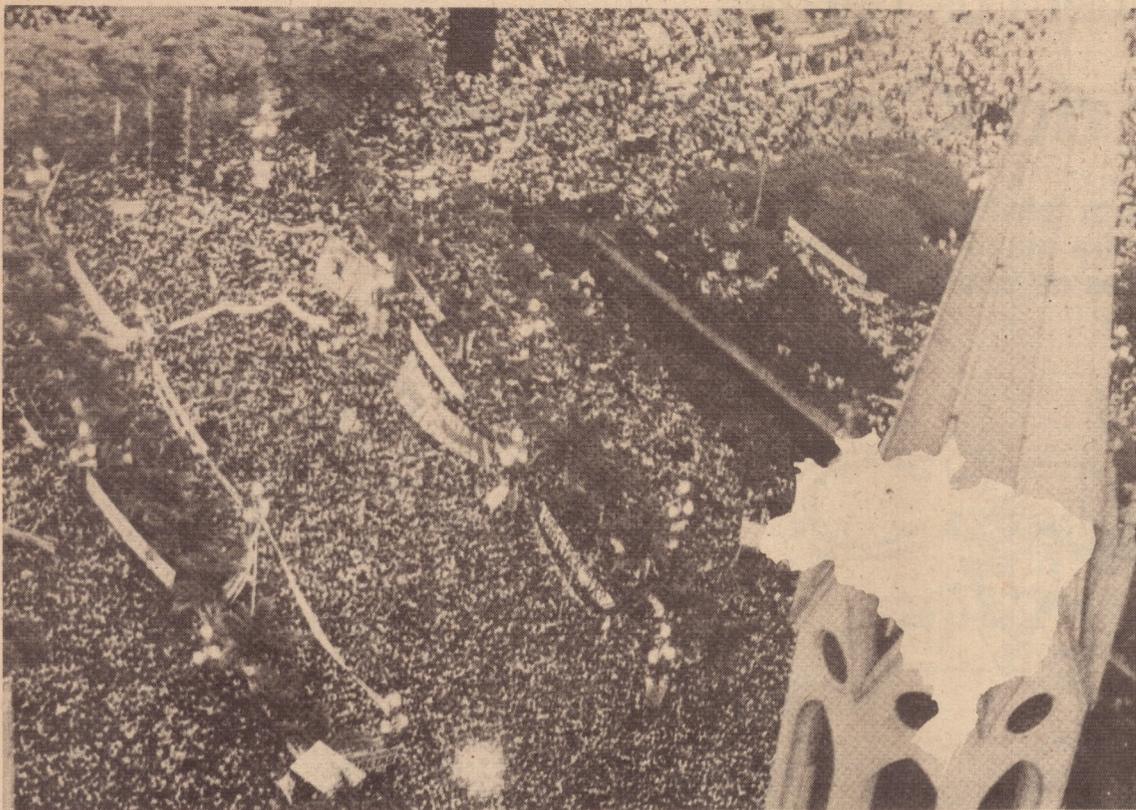
4. Esta preocupação incide diretamente sobre a discussão da oportunidade do lançamento ou não de uma candidatura do PT à presidência da República, que tem em Lula um nome natural.

Os que defendem a posição de que não é oportuno o lançamento da candidatura da liderança máxima do PT se preocupam com as dificuldades que isto poderia trazer para a unidade da campanha, se aí não se manifestaria um sectarismo do partido.

Este raciocínio é, porém, embaçado pela realidade flagrante que as oposições burguesas já têm o seu candidato. Alguém ignora que Brizola é candidato declarado à Presidência? Alguém ignorará que Ulysses já se lançou candidato, que Montoro disputa palmo a palmo o seu espaço, que Tancredo, no seu maneirismo, é também um pretendente?

Na verdade, o lançamento da candidatura de Lula em nada conflita com uma unidade tática com os partidos burgueses. Em nada contribuirá para desgastar o potencial de mobilização. Pelo contrário, mais e mais lideranças e camadas do movimento operário-popular se sentirão estimuladas a se movimentar com o apelo inegável da representatividade de Lula.

E, finalmente, será de inesimável valor para o PT ir desde já delimitando no interior das mobilizações pelas diretas o seu próprio campo, ir polarizando as forças interessadas em defender os direitos e interesses dos trabalhadores.



São Paulo

A pressão por um novo ato

A proposta do PT é reunir uma milhão em passeata, seguida de um comício, no final de março ou início de abril

Em São Paulo, está instalada a luta para dar continuidade e desdobramento ao histórico comício da praça da Sé. O plenário das entidades e partidos engajados na luta pelas diretas, mais de cem entidades, instalou a sua reunião no dia 7 de fevereiro tendo pela frente uma questão decisiva: enquanto o PT e alguns setores do PMDB defendiam a proposta tornada pública por Lula e Ulysses, da realização de uma passeata monstro em São Paulo no início de abril, o governo Montoro continuava se opondo a apostar em uma nova manifestação unitária. Uma decisão que, com efeito, tem uma repercussão enorme no destino da luta pelas diretas.

Em um recinto lotado, com a mesa e o plenário espremidos e nervosos, a reunião, inchada com uma claqué do PC do B, iniciou-se colocando em debate a participação do Movimento Negro Unificado, do Comitê Pela Legalização do PC do B da UNE no comitê de coordenação da campanha. Na véspera, em uma posição indiscutivelmente incorreta, a representação do PT havia endossado o veto à participação da comissão pró-legalização do PC do B. Após algumas intervenções acaloradas e um tumulto instalado às costas da mesa, a reunião foi interrompida e transferida de local.

Retomada a reunião em um local maior, não havia, porém, mais clima real de discussão. A comissão executiva do Comitê pelas Diretas, formada pelos quatro partidos de oposição e um representante do governo paulista, acabou anunciando algumas propostas de consenso cozinhadas no intervalo. Uma delas previa a entrada do MNU, UNE, UBES, Comissão pró-legalização do PC do B, do movimento de mulheres e de outras entidades que a reivindicassem na coordenação, de outro lado, normatizou-se a presença nas próximas plenárias, cada entidade podendo se apresentar com apenas um porta-voz previamente escolhido.

Decisão precária

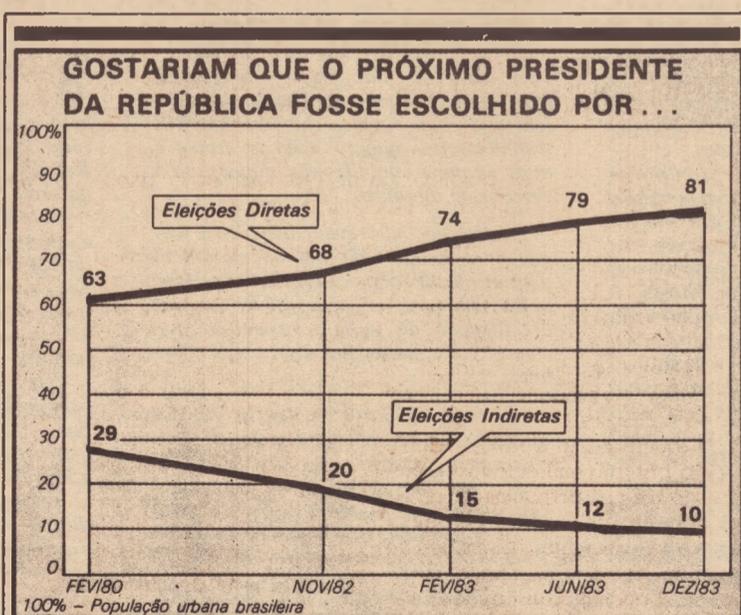
A decisão fundamental, no entan-

to, a da realização de um novo comício ou passeata centralizado e unitário, como forma de desaguar os ganhos e crescimento da campanha, foi deliberada de maneira precária. Aprovou-se a proposta da realização de um novo ato unitário, mas não se marcou nem data nem local para sua realização. O ato será ainda objeto de apreciação em uma próxima reunião da plenária.

O Comitê Paulista Pelas Diretas se dividirá em quatro comissões de trabalho daqui por diante: a de comunicação, de arregimentação, de eventos (estratégias de pressão sobre

os deputados e senadores do PDS) e uma última para fazer um plantão permanente na sede. No dia 25 de março, estão previstas manifestações em todo o Estado como preparação para a marcha de Brasília.

Pretende-se também centrar fogo na grande São Paulo, com a realização de grandes comícios por sub-região. Entre as prioridades está o ABC, cidades nas quais ainda não se deu nenhuma grande manifestação e com enorme potencial. No dia 19 já haverá um comício em Osasco e no dia 25 um outro em Diadema.



81% querem as diretas

Desde 1980, o Instituto Gallup pesquisa a preferência dos brasileiros pelas eleições diretas. O resultado está aí: os adeptos das indiretas caíram de 29% em 1980 para 10% em 1983.

De acordo com a pesquisa realizada em dezembro de 1983, uma surpresa: três entre quatro simpatizantes do PDS apóiam as diretas.

A avalanche das diretas Mais de 600 mil já foram às ruas

Depois da Sé, a mobilização pelas diretas subiu o roteiro do nordeste. Em Alagoas, uma participação surpreendente: 60 mil pessoas se aglomeraram na Praia de Pajussara, em um comício que foi até a meia-noite. Mais de 10% da capital estava presente já que Maceió tem 450 mil habitantes.

Em Fortaleza, Ceará, a Praça José de Alencar assistiu a uma das maiores manifestações políticas já acontecidas no Estado, com a participação de 30 mil pessoas. Em João Pessoa, na Paraíba, 20 mil pessoas foram até o fim da noite ouvindo discursos e violeiros.

Enquanto isso, o interior de São Paulo continua firme: Campinas (dez mil), Santos (doze mil), Novo Horizonte (oito mil), Bauru e Itu (três mil cada), Araçatuba (quinze mil), Rio Claro (cinco mil).

Se somarmos a estes, os outros grandes comícios já realizados (Sé, 300 mil; Curitiba, 50 mil; Salvador, 20 mil; Olinda, 30 mil; Camboriú, 30 mil e Porto Alegre, 5 mil) teremos a conta: mais de 600 mil pessoas já foram às ruas para reivindicar o enterro do colégio eleitoral da ditadura.

Rio de Janeiro A meta é mobilizar 500 mil

Além de diversas atividades descentralizadas, promovidas pelos comitês por categoria e por local de moradia, por sindicatos e associações, grande mobilizações unificadas estão previstas pelo Comitê Estadual pelas Eleições Diretas. O calendário centralizado aponta como principal ato um comício monstro no dia 23 de março às 17 horas. O local, entretanto, ainda não está definido em vista das dificuldades de se encontrar um que comporte as 500 mil pessoas previstas.

Como forma de acumular forças para esse grande ato, será realizado dia 16 de fevereiro uma concentração na Candelária, seguida de passeata pela avenida Rio Branco até a Cinelândia, onde haverá um comício.

O Governo Estadual tenta freiar as manifestações

Assustado com o desdobramento das mobilizações pelas diretas, principalmente a partir da concentração dos 300 mil em São Paulo, o governo estadual tem buscado colocar uma série de empecilhos à organização do

comício e da passeata. O prefeito do Rio, Marcelo Alencar, recentemente "desaconselhou" a realização da passeata do dia 16 de fevereiro, por temer, a "infiltração de radicais". A linguagem policial do prefeito não esconde que, tendo sido cortadas subitamente as relações cordiais com o governo federal, o governo estadual procura conter o movimento pelas eleições diretas como forma de mostrar-se novamente confiável.

O PT

A participação do PT nas mobilizações tem sido até agora um pouco tímida, embora já se observe um giro no partido no sentido de enfrentar a campanha das eleições diretas como sua principal atividade no período. Somente o PT pode dar a ela o caráter claro de enfrentamento da ditadura militar.

A campanha pelas Eleições Diretas está ainda no início no Rio e outras manifestações unificadas devem ser organizadas como forma de preparação do grande comício do dia 23 de março.

Minas Esquentando os motores

Até o dia 24 de fevereiro, quando será realizado o grande comício mineiro na Praça da Rodoviária, no centro de Belo Horizonte, a campanha pelas diretas no estado promete ir crescendo. Comícios relâmpagos, divulgação intensa de panfletos e cartazes, shows, pequenas passeatas serão realizadas como forma de aquecimento para o grande ato. Os organizadores prevêem a presença de cem mil pessoas no comício.

Um comitê supra-partidário, formado pelos partidos de oposição e por um representante da CUT, do Conclat, do movimento jovem, do movimento de mulheres e da Federação das Associações de Bairro tem dirigido a organização do comício. Na prática, tem-se notado, porém, a presença forte dos partidos, particularmente do PMDB e do governo

do Estado na centralização de decisões. Como aquela que levou ao adiamento do dia do lançamento público da campanha para esta não se chocar com o lançamento da candidatura de Aureliano Chaves ao Colégio Eleitoral.

Instalado na sede do PDT, o comitê vem ultimando os preparativos técnicos, principalmente no sentido de garantir transporte para acesso da população ao local do comício. Um elenco forte de artistas tem confirmado a sua presença no comício, com Milton Nascimento à frente.

O PT mineiro ainda vem esquentando os motores. Neste fim-de-semana, as zonais do partido em Belo Horizonte devem realizar reuniões amplas para organizar o envolvimento dos petistas.



Em entrevista exclusiva ao EM TEMPO o presidente do PT avalia o andamento da campanha por eleições diretas e o papel que o partido tem jogado; fala das relações com outras forças de oposição e dos próximos passos da luta. Aproveita para deixar claro que, pessoalmente, é a favor do partido lançar, na hora oportuna, sua candidatura própria para a presidência.

Por Flávio Andrade

— Lula, e o comício do dia 25 em São Paulo, qual sua avaliação?

Lula — Foi um sucesso absoluto. Depois das lutas do ano passado e da iniciativa do PT de puxar a manifestação do Pacaembu, começamos agora 84 com perspectivas de grande avanço na luta contra o governo e sua política econômica. O ato de Curitiba, depois o de São Paulo e outros mais pelo país afora, impuseram uma realidade que ninguém pode negar: a maioria do povo quer e, mais do que isso, está disposta a lutar, pelo fim deste regime militar.

— Sua intervenção contra as vaías no ato de São Paulo desagradou a certas bases?

Lula — Veja, eu estava lá no palanque e sentia (depois das vaías ao PDS, PTB e a certas figuras do PMDB) que a coisa ia ficar difícil. O Brizola, logo depois de sua fala, voltou ao palanque irradíssimo sem sequer nos cumprimentar — ficou bravo com as vaías à sua menção a Montoro. O Fernando Henrique já tinha se estrepado quando tentou “ordenar”, em nome do PMDB e do PT, que acabassem as vaías. O clima era tenso: o Montoro, na medida em que ia se aproximando a hora dele falar, quase tremia de nervoso. Ora, numa situação destas se eu não fizesse aquela intervenção é certo que ia ser uma vaía só. Você viu; não foi à toa que puseram o Montoro para entrar junto comigo. E aí está: seu eu não procuro conter as vaías tenho certeza que no dia seguinte toda a

Os comícios estão provando que o povo quer e, mais do que isso, está disposto a lutar pelo fim do regime militar.

imprensa ia estampar em primeira página: **PT divisionista!** E aí a luta pelas diretas ia enfrentar mais esta dificuldade, nosso espaço (que já é pequeno) ia diminuir e não sei que mais. Por isso acho que foi correto, sem querer aqui cercear o direito de ninguém de vaiar ou aplaudir como entenda melhor.

Lula fala sobre as diretas!

Queremos o fim do regime

É seu discurso, o que você achou?

Lula — É fogo meu! Você entrar no palanque com toda aquela preocupação com as vaías, já no final do dia com o povo tomando chuva, espremido só com cinco minutos prá falar. E eu queria sair daquela discursadeira sobre as diretas em si e dar um recado em cima da situação do povo, da dívida externa, da responsabilidade pela crise por aí. Acho que foi isso. Agora, não estou acostumado com falar olhando números e aí é que a coisa pode ter ficado um pouco confusa.

— E daqui prá frente, como é que fica a campanha?

Lula — O que eu tenho insistido é que não se pode fazer como algumas figuras dos outros partidos marcando data para o fim da campanha. Nossa luta é até a vitória, independente da data de votação desta ou aquela emenda. O povo quer lutar — como eu disse, ficou claro — e por isso temos que retomar as mobilizações; e aí minha proposta é de uma grande manifestação, uma caminhada, começando com passeata e terminando num ato público que reúna, quem sabe, um milhão de pessoas em São Paulo entre final de março e início de abril. Em outras capitais a mesma coisa: no Rio, talvez 500 mil e nas capitais maiores outros tantos. Se conseguirmos isso aí, é praticamente certa a vitória, a conquista das eleições diretas. Nós do PT estamos inclusive marcando nosso programa de televisão para o início de abril e vamos jogar força através de uma hora de cadeia nacional de rádio e televisão em cima das diretas. Os outros partidos deveriam fazer o mesmo.

De outro lado temos que incentivar as mais variadas formas de luta; não é só os partidos, mas comitês por bairro, local de trabalho, escola etc, todos na luta pelas diretas. Os sindicatos tem que se envolver na campanha e, principalmente, a igreja que ainda não jogou todo o peso que

Nossa proposta é uma caminhada, com passeata e novo comício, que venha a reunir um milhão de pessoas em São Paulo lá prá final de março ou início de abril.

poderia ter jogado. Se esta organização e estas adesões forem conseguidas, então, eu não tenho dúvidas que colocaremos um milhão de pessoas em São Paulo.

— Pegando agora o lado político, você não acha que o PT está sendo engolido nesta luta, está indo a reboque dos liberais, não conseguindo se diferenciar?

Lula — De jeito nenhum, de forma alguma. Veja, em nossas intervenções e nos nossos materiais, faixas etc, temos deixado claro que, para os trabalhadores e o povo, a questão não é apenas diretas. Queremos diretas livres, sem a legislação autoritária que aí está sobre todos os setores da sociedade. O que o PT quer é o fim deste regime militar e um novo regime de amplas liberdades para o povo. Mais, queremos resolver a situação social e econômica que hoje descarrega sobre os ombros dos trabalhadores a fome, a miséria, o desemprego. Nós queremos diretas com o rompimento com o FMI, com reforma agrária, com o fim do desemprego; ou seja é todo um programa que o PT apresenta para retirar o país da crise e que está ligado com a questão das diretas. É isso que nós do PT temos tentando mostrar ao povo; que é

mutando o regime que aí está que nós poderemos mudar a vida.

Outra coisa bem diferente é que o PT não tem ainda força para ocupar todo o espaço. O partido tem debilidades e na disputa com as máquinas dos governos a barra para nós é pesada. Veja o caso do nordeste: lá temos grandes e muitos quadros partidários, mas a penetração de um trabalho de massa ainda não tem o alcance de algumas regiões aqui do sul. Então é aquela coisa: se o PT nacionalmente não se joga nos comícios lá, o PMDB acaba quase que massacrando o

Não podemos deixar que a campanha termine com a votação desta ou daquela emenda. Nossa luta não tem data; é até a vitória.

partido a nível regional. Teve muitos comícios onde eu não pude ir e que não deram o menor espaço para o PT; e, mesmo nos que eu vou, o palanque e os oradores são quase que absolutamente ocupados pelo PMDB. É o poder das máquinas deles. Em Florianópolis, por exemplo, o PMDB colocou o Olívio para falar lá no meio dos oradores, perdido entre representantes de associações de bairro. Então veja, se o partido regionalmente não tem ainda força de bancar uma participação ativa no ato ou manifestação é muito difícil que uma presença nacional encontre espaço e condições para marcar profundamente a campanha.

Mas nós temos é que ir insistindo, melhorando nosso nível de organização e nossa capacidade de tomar iniciativas. É só assim que pouco a pouco a campanha vai se ampliar e voltar mais para os interesses dos trabalhadores.

— Você tem insistido no fato de que o lançamento de candidaturas agora, para presidente, deve ser evitado pois enfraqueceria a campanha. Como é a coisa?

Lula — Eu acho que no momento a luta é de todos, pelas eleições diretas e se começarmos a sobrepor a esta luta maior as candidaturas de cada partido o eixo muda para aí e a campanha perde força.

— Mas os outros partidos já tem um ou mais candidatos lançados de fato: o PMDB tem o Tancredo, o Ulisses e o Fernando Henrique; o PDT tem o Brizola. Esta é uma realidade que está aí. Só o PT é que ainda não se manifestou. Você não acha que, mais do que prejudicar a campanha, o que passa é que nós ficamos com a imagem de quem está esperando a hora para compor apoiando algum destes?

Lula — Não, eu não acho mesmo. Eu reafirmo que acredito que o lançamento de

Não queremos apenas eleições diretas; queremos o fim do regime autoritário e da política econômica que está esmagando a maioria do povo.

nomes irá atrapalhar a campanha pelas diretas. Acho, no entanto, que já devemos começar a discutir a questão do lançamento de uma candidatura do partido. Mas este tema tem que ser muito bem discutido na pré-convenção nacional do

PT. Há companheiros que não entendem que devemos lançar candidato e concorrer às eleições caso elas venham. Há outros que pensam que sim. É um debate que temos que travar dentro do partido e tirar uma definição que a partir daí será assumida por todos. Assumida, pois o candidato do PT vai enfrentar uma barra violenta e só se o partido assumir prá valer é que iremos colher resultados de uma luta como essa.

— Mas qual é sua opinião pessoal? Alguns órgãos da imprensa fofocam de vez em quando sobre um suposto acordo entre você e o Ulisses para uma dobradinha. Por outro lado, o documento lançado para debate pelos “113” de São Paulo vai mais na linha do não lançamento de uma candidatura própria. E você, qual sua opinião sobre o assunto?

Lula — Esse papo de acordo com o Ulisses é balela. Tem gente aí que só porque eu viajei junto com o Ulisses em caravana para alguns comícios, já começam a inventar coisa, quem sabe a fazer de seus desejos uma realidade, e começam a

O PT precisa se organizar melhor e ter mais garra para ocupar o espaço que ele já alcançou dentro desta campanha.

soltar na imprensa o que gostariam que acontecesse. É balela: não tem acordo nenhum. O PT não é de fazer acordos, no partido as coisas são discutidas e assumidas por todos. Isso tem que ficar claro. A outra coisa que você falou, sobre o documento de São Paulo: eu não conheço o documento e por isso não vou opinar.

Mas deixa eu responder a pergunta então. Eu acho que não é o momento ainda de lançar candidaturas; isso só irá prejudicar a campanha pelas diretas. Segundo, acho que o tema tem que ser debatido e decidido pelo partido e a partir daí assumido por todos. Terceiro, o partido terá que não só decidir mas, se escolher lançar uma candidatura, terá que ver qual o melhor nome para o desempenho desta luta. Agora, pode por aí, é para publicar mesmo, viu, para ficar clara minha posição pessoal: eu acho que devemos, quando vierem as diretas, lançar nossa candidatura própria. Sou, pessoalmente, claramente a favor desta posição. É claro que é difícil prever exatamente como será esta situação, a conjuntura política em que se dará esta opção. Mas acho que será

O partido é quem vai ter que decidir, agora pessoalmente, eu me coloco claramente a favor de, no momento oportuno, o PT lançar sua candidatura própria para presidente.

muito difícil, para o PT, valer a pena compor com algum destes nomes que estão por aí. Sou claramente a favor do lançamento de uma candidatura própria, no momento oportuno. Mas veja bem, esta é apenas minha posição, e há companheiros dentro do partido que pensam ou poderão vir a pensar diferente. Por isso eu insisto: o partido tem que abrir discussão sobre o tema.

O partido prepara seu Encontro Nacional

A discussão paulista preparatória para a pré-convenção regional de 10/11 de março que deverá eleger os delegados para a nacional, começou a se conformar esta semana. Os "113" e as duas outras articulações "PT-83 - O partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura" e "PT-83 - Avançar a luta", que concorreram na pré-convenção estadual paulista do ano passado lançam suas propostas preliminares.

Confirmando declarações anteriores, a

proposta dos "113" é de fato todo um substitutivo ao Projeto Político do Diretório Nacional ao qual, a esta altura, não se poupam ataques os mais variados e ferinos.

Somando-se a este debate paulista, a reunião do Diretório Nacional marcada para o dia 19 de fevereiro será então um fórum privilegiado para se ter aí um quadro preliminar do que deverá ocorrer na pré-convenção nacional de inícios de abril.

Aqui, um apanhado das posições que começam a se esboçar na discussão paulista.



"113" paulista:

É precipitado lançar candidatura do PT

Uma análise do documento lançado pelos "113" esta semana em São Paulo.

O texto lançado na semana passada pelos "113" paulistas, intitulado "Contribuição ao debate para o Encontro Nacional do PT", traz novidades à discussão partidária.

1. Os "113" já não existem mais?

Já do início, na apresentação, nenhuma menção à Articulação dos 113: o documento se coloca simplesmente como uma "contribuição elaborada por vários companheiros do Diretório Regional, da Executiva, de Comissões, Secretarias, Núcleos e Militantes do PT de São Paulo". E ponto; apenas, no final do texto, uma dica: "Maiores informações no gabinete do vereador Cláudio Barroso".

Esta autoria pouco usual ("vários companheiros") no entanto se explica: há novas mudanças na composição dos "113", quem sabe ainda não definitivas e consolidadas para se tornarem públicas; como há também no seu interior questões polêmicas da maior importância (é o caso de Candidatura própria do PT X Coligação); e há ainda a avaliação de que, a nível nacional, o processo será diferente do que se deu na renovação do Diretório Regional paulista no ano passado.

Só isso pode explicar porque o lançamento preliminar de uma proposta vem cercado de tanta prudência.

Lideranças dos "113" fazem questão de frisar: a articulação não mais existe, terminou com a pré-convenção passada; o que há agora é o lançamento de uma proposta por alguns companheiros. E adendam: entre estes companheiros, agora, está por exemplo, o pessoal do jornal *O Trabalho*; talvez outros entrem, outros saiam; enfim, os "113" não existem mais, garantem seus antigos porta vozes.

Não fica ainda de todo claro o alcance desta novidade no processo que teremos agora pela frente. Mas, menos por isso e mais para se evitar a antipática designação de "documento de vários companheiros", continuaremos aqui, para efeitos práticos, a chamar o texto em questão de "documento dos 113".

2. Um ataque furioso ao Diretório Nacional

O texto se inicia com uma crítica (radical) ao Projeto Político elaborado pelo Diretório Nacional, reforçada ao mesmo tempo por uma censura ferina ao próprio órgão por haver "chancelado" tal

proposta: "o Projeto Político introduziu no debate político uma série de propostas equivocadas, com a agravante de trazerem a chancela do Diretório Nacional". Mas, o que em seguida, a título de exemplo, é arrolado como equívoco do Projeto, pouco convence como razão para tamanha agressividade. O que revela, nas entrelinhas, é que a divergência maior está para além do que é dito e assumido como tal.

Tem sido tradicional na vida interna do partido o Diretório Nacional com frequência se posicionar à esquerda da direção paulista. E este descompasso ficou agora mais nítido ainda, na medida em que o Diretório Nacional avançou suas posições colocando a questão do poder no centro das preocupações do partido.

3. Conjuntura: não podemos ficar neutros diante dos projetos burgueses

A seção seguinte do documento do "113" (II - Movimento Político) traz uma análise de conjuntura sem maiores novidades — a não ser uma preocupação insistente de, a todo momento, via caricaturas de baixo nível, lançar novas fepas sobre o Projeto Político. Por exemplo: "É necessário entender que não é uma crise econômica qualquer que poderá por si mesma acarretar a liquidação do capitalismo". Como se para o Projeto Político uma suposta catástrofe inevitável do capitalismo estivesse batendo-nos à porta.

Em toda esta seção apenas uma passagem substantiva é digna de nota, salientando uma nova preocupação, com muito menor destaque em documentos anteriores dos "113", e que terá desdobramentos políticos no final do documento: "observações de método se impõem para nós no exame dos projetos da oposição burguesa (...) as diferentes propostas políticas e econômicas das classes dominantes produzem consequências junto aos trabalhadores. Por isso, não devemos assumir uma atitude de neutralidade ao encará-las. Nosso papel é o de lutar pelo avanço das conquistas dos trabalhadores, mas também é preciso saber que nos diferentes projetos das oposições há gradações nas concessões que o capital pode fazer neste momento. Podem diminuir ou aumentar a miséria das massas. Repercutem sobre a margem de liberdade que os trabalhadores podem alargar. E o grau de repressão será maior ou menor se da transição em curso resultar um acordo cheio de casuísmos que mantenha intacto o atual aparato policial militar".

Num contexto diferente, esta passagem

não teria maior significado. Mas tendo em vista o que o documento irá concluir mais adiante, trata-se aqui da base sobre a qual se propõe a discussão a respeito de lançamento de candidatura própria ou coligação no caso das eleições diretas.

4. Sai o "passo a passo"; entra a luta pela derrubada da ditadura

A seção seguinte do documento é a mais relevante (III - A tática política do PT; subdividida em 1) Introdução; 2) A campanha por eleições livres e diretas; 3) Isolar o regime, derrotar a ditadura).

De início uma novidade positiva e que deve ser saudada como grande avanço dos "113": a visão de construção de um novo poder passo a passo, no interior da ordem vigente, é abandonada. Marca registrada até então das propostas dos "113", esta visão reformista da luta pelo poder não aparece agora sequer uma única vez em todo o texto. E em seu lugar, com grata surpresa, aparece agora a luta contra a ditadura militar — até então taxada de vanguardista.

A visão do documento é que "a tática política do PT, demarcada pela conjuntura e pela correlação de forças, é criar condições para reverter o quadro desfavorável aos trabalhadores no plano econômico, avançar no plano político e romper o isolamento a que as classes dominantes procuram relegar o partido. Aplicar esta tática significa neste momento dar prosseguimento e amplitude a campanhas que levem à mobilização de grandes massas contra o regime e sua política econômica. É no âmbito destas campanhas que o PT poderá estabelecer alianças e conseguirá articular a formação de um amplo bloco social e político dos dominados".

Globalmente positiva, superando a visão passo a passo de até então, esta perspectiva se completa e se aprofunda nas passagens seguintes: "Para eliminar o risco de ficar diluído na oposição burguesa é fundamental que o PT mantenha sua absoluta independência na luta pelas diretas. E que procure direcioná-la para golpear fortemente — e se possível derrubar — o regime militar (...). A única maneira pela qual podemos conquistar eleições livres e diretas, nos moldes em que as definimos, é derrotando o regime. E isso só será possível com uma permanente e ampla mobilização de massas".

Ao lado destas formulações o documento insiste ainda na tarefa de impulsionar

"um bloco dos dominados", "uma frente entre partidos, sindicatos, associações de diversos setores sociais", e "influir sobre as correntes mais radicalizadas dos partidos de oposição".

5. Os trabalhadores não devem ainda disputar o poder

No entanto, estranha e contraditoriamente, o documento não retira daí todas as consequências e desdobramentos políticos a nível de uma proposta global de poder para os trabalhadores e o povo. Ao contrário, dá meia volta e retoma as fepas caricatas ao Projeto Político do Diretório Nacional: "Assim é que estabelecemos uma política de alianças e não por meio de acordos de gabinete sacramentados em torno de programas abstratos ou de utópicos governos que substituiriam o regime militar". Ou então: "Desse modo, e não com fantasias teóricas, é que se pode colocar concretamente a questão do poder para os trabalhadores. Salvo mudanças radicais imediatas na correlação de forças e na conjuntura política, não está posta na ordem do dia, hoje, a possibilidade da tomada do poder pelos trabalhadores. Nem tampouco a hipótese de constituição, na atual conjuntura, de governos integridos exclusivamente por um bloco operário e popular a quem caberia realizar a transição para o socialismo".

Por um lado os "113" continuam desprezando a questão do programa e das propostas globais na formulação de sua política. Desprezando assim a experiência de todas as revoluções ocorridas até hoje (da soviética à nicaraguense) onde, mesmo nos períodos em que a questão do poder não estava imediatamente colocada, mesmo fora de situações revolucionárias, as forças operárias sempre nortearam sua tática imediata por definições mais globais de médio prazo.

Por outro lado, atolando-se no "realismo" da tática imediata, atendo-se exclusivamente às tarefas urgentes, os "113" não compreendem devidamente a dinâmica de uma tática de frente única dos trabalhadores — que, obviamente, visa e acumula forças nas bases mas que se combina com ações e iniciativas por "baixo" e por "cima".

Assim, o documento acaba perdendo suas formulações iniciais positivas e ficando no meio caminho entre a superação da visão "passo a passo" e a tática revolucionária que o momento permite e requer. E o resultado, na prática, é que a tática do PT acaba se limitando à luta pelas diretas em si. Que é o que dá o desfecho ao documento, e aí, com graves problemas e equívocos.

6.



As eleições
diretas
um fim em
si mesmo

Em primeiro lugar a questão da palavra de ordem eleições livres e diretas. Porque não fim da ditadura, constituinte e diretas? Pois, se livres quer dizer exatamente sem ditadura e sua legislação autoritária, porque não chamar as coisas pelo seu devido nome? Fim da ditadura e constituinte tem um significado claro — a mais completa liberdade política; já livres é algo impreciso e por isso mesmo mais facilmente manipulável e tergiversável pelas oposições moderadas. Logo não é a melhor palavra de ordem para se levar a luta para além das diretas em si mesmas.

Mas a opção dos "113" se explica: é que colocando-se o problema da maneira correta, definindo-se concretamente o fim da ditadura e a convocação de uma constituinte como eixo de nossa luta democrática dentro da campanha pelas diretas, aí então, a partir deste eixo, não há como se evitar a questão que o documento dos "113" procura a todo custo excomungar como fantasia teórica: a questão do poder.

Se se toma pois o caminho consequente na luta pelas diretas, se não se quer cair no engodo das diretas em si mesmas (com um ou dois turnos, o que obviamente não é a questão central), se o que se busca é a derrota da ditadura militar e sua base de sustentação social, então não há como evitar a questão do poder: quem derruba a ditadura; quem convoca a constituinte; qual o programa, e que alianças o PT deve buscar forjar neste momento, como uma alternativa global do conjunto dos trabalhadores e do povo frente à crise?

Ao contrário, se se contorna esta questão, como fazem os "113", não resta então outra alternativa senão cair no atoleiro das diretas em si mesmas. Mais grave ainda, neste contexto e com esta postura, o que começa a sobressair é o temor do isolamento e a pressão do voto útil — o que fica subentendido na conclusão do item sobre a campanha das diretas: "Nossa proposta, já aprovada no último Encontro Regional, é de eleições diretas em dois turnos, para que o presidente seja eleito pela maioria absoluta do eleitorado. Este processo, como costuma ocorrer em países que o adotam, facilita o lançamento numa primeira etapa de candidaturas por todos os partidos e consagra o princípio da negociação e de compromissos em torno de um programa comum na segunda votação. Outra proposta é o PT, independentemente dos dois turnos, lançar uma plataforma eleitoral e propagandear-la através de um candidato próprio. Uma variante é o lançamento de um pré-candidato, com plataforma igualmente sujeita a debate público. Em qualquer destas alternativas é fundamental avaliar o risco político de uma vitória do PDS, diante das várias candidaturas da oposição, as implicações para o PT de uma campanha eleitoral majoritária sem disputa para cargos parlamentares, a possível desorganização da estrutura orgânica tal como ocorreu em 1982, e o inevitável desgaste a que estarão expostos o PT e seu candidato face a uma derrota previsível. Seja como for, consideramos precipitado neste momento o lançamento de candidatura pelo PT. Nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas. Atingida esta meta e definido quando e sob que regras elas serão realizadas, o PT deverá então convocar uma convenção extraordinária para deliberar sobre programa e candidaturas".

Este longo trecho não é cristalino, parece confuso e não quer confessar tudo que se pensa. Mas é altamente preocupante: a começar pela insistência nos dois turnos (uma questão menor frente à derrubada da ditadura); em seguida já se acena com acordos e compromissos com a oposição burguesa (o primeiro turno ficando apenas para se salvar a cara); depois, ao contrário da acumulação de forças que uma candidatura propicia, só de chama a atenção para os riscos e perigos de uma campanha mal concebida etc.



7.

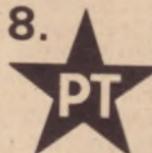


O temor do
lançamento de
uma candidatura

O lançamento de uma candidatura e de um programa já, é assim rebaixado: ao invés de ser uma maneira de mostrar uma alternativa global dos trabalhadores frente à crise, um modo de se impulsionar mais concretamente a campanha das diretas contra a ditadura militar e suas bases de sustentação, uma forma de se forçar a radicalização dos setores mais progressistas dos demais partidos; ao invés disso tudo, a candidatura própria aparece como um peso de consciência que, prudente e racionalmente, devemos evitar a qualquer custo.

E neste compasso, a conclusão que fica só pode ser uma: "nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas". Assim, uma ampla campanha de mobilização de massas contra a ditadura, onde caberia ao partido tentar dirigí-la para desfechos maiores e profundos é, desde já, vestida na camisa de força de uma mera questão eleitoral que portanto não cabe decidir ainda.

8.



O fantasma do
voto útil já
começa a nos
rondar

O rompimento apenas parcial com a visão "passo a passo" não deixa portanto outra alternativa senão a de conceber, na prática, a luta pelas diretas como um fim em si mesmo. E, por decorrência, desde já na defensiva, o desdobramento natural é o PT começar a se curvar diante do agrupamento do voto útil: a coligação com o candidato da oposição burguesa menos ruim. Pois, retomando uma citação anterior do próprio documento: "não devemos assumir uma atitude de neutralidade ao encará-las".

Em síntese: é esta a razão da investida dos "113" contra o Projeto Político do Diretório Nacional. Pois o Projeto é claro: o poder começa pouco a pouco a se colocar cada vez mais em disputa em meio ao agravamento da crise; e diante desta realidade os trabalhadores e o PT não podem fechar os olhos. O partido tem que formular uma proposta global alternativa, combinada com as lutas imediatas; tem que buscar consolidar uma aliança de todas as forças exploradas e oprimidas para esta luta; tem que assumir a luta pelas diretas na perspectiva do fim do regime e da convocação de uma constituinte; e tem ainda que preparar já o lançamento de uma candidatura própria que dê a marca de nossas propostas de maneira concreta.

A divergência é assim de fundo e só poderá ser superada na medida em que os "113" aprofundem seu rompimento com a visão "passo a passo" do problema do poder. Devemos saudar o início desta superação mas, ao mesmo tempo buscar impulsioná-lo até o fim. Do contrário, o PT acabará provavelmente se embrenhando no dilema do voto útil e correndo o risco de se render nas amarras de alguma coligação com Ulisses ou Brizola.

"PT - 83: O partido na direção da luta"

O Projeto Político é nosso ponto de partida

Para a articulação "PT-83: O partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura", encabeçada por José Ibrahim e que na pré-convenção passada do PT paulista fez cerca de 12% dos votos, o Projeto Político do Diretório Nacional foi saudado como um avanço positivo na construção do PT.

Identificando-se no fundamental com as preocupações, avaliações e eixo de propostas do documento, a articulação, desde o final do ano passado, vem debatendo o texto procurando complementá-lo nos pontos julgados falhos ou imprecisos.

Ainda esta semana um texto deve ser lançado para a discussão nas pré-convenções municipais e distritais; nele a articulação apontará as razões básicas da sua identidade com o Projeto Político e as emendas que julga necessárias.

Em síntese, estes adendos são os seguintes, adiantam seus porta-vozes:

Em primeiro lugar a necessidade de maior desenvolvimento nos 5 eixos centrais de luta propostos no Projeto (a luta contra o arrocho; contra a legislação repressiva; pela reforma agrária; contra o FMI e a dívida externa e, finalmente, por eleições diretas e uma candidatura própria).

No entender da articulação estes pontos estão apenas enumerados no Projeto e falta portanto articulá-los numa hierarquia determinada e combiná-los com formas e métodos de ação de massas com vistas a se chegar, aí sim, a um plano efetivo de ação imediata do partido. Particularmente a campanha pelas diretas está pouco desenvolvida face aos desafios que já

são presentes desde o final do ano passado.

Além disso, a articulação insiste na necessidade de combinar a luta pelas diretas com a constituinte e ao mesmo tempo o lançamento já de uma candidatura própria que junto a um programa (basicamente os 12 pontos da plataforma eleitoral de 82 ao invés da listagem de a) até m) que o Projeto apresenta) como forma de demarcar a proposta petista na luta democrática e evitar fazer das diretas uma luta em si mesma.

Em segundo lugar, na política de alianças, a articulação entende que se o Projeto Político demarca claramente a negativa de alianças globais com as classes dominantes, por outro lado não afirma positivamente com clareza quais são as forças operárias e populares que o PT deve já impulsionar sua unidade como base social e política de uma alternativa global dos trabalhadores e do povo.

Em terceiro lugar, o plano de construção partidária proposto no Projeto é de uma debilidade brutal. Impõe-se aí todo um conjunto de tarefas que vai desde a priorização de regiões e setores sociais até a questão financeira, passando pela renovação da direção com critérios precisos, pela solução do problema da imprensa, das secretarias e núcleos ativos de intervenção, centralização das bancadas etc.

De qualquer forma, repisa a articulação, estes adendos são parciais e constituem na verdade uma discussão no interior do campo aberto pelo Projeto Político.

Genóino:

Uma plataforma mais ampla e radical

A articulação "PT-83: Avançar na luta", encabeçada pelo deputado federal José Genóino na pré-convenção passada, promete também para esta semana um documento para o debate nacional.

Discordando tanto do Projeto Político do Diretório Nacional como do documento lançado pelos "113", a articulação insiste particularmente na necessidade de se colocar junto à campanha das diretas uma plataforma mais ampla e radical de lutas do momento.

Segundo seus integrantes, o Projeto Político deixa margem a governos de composição com a burguesia ao falar de um novo regime pelo qual o PT lutar. "Neste mesmo rumo, nas propostas de alianças, também é ambíguo na demarcação de classe que deveria ser observada pelo partido". Por fim, os 5 eixos de luta do Projeto são encarados como pobres, não chegando a configurar uma tática, e assimilando posições "equivocadas"

como é o caso da moratória unilateral da dívida externa.

Uma novidade há na questão da constituinte, onde a articulação parece que, ainda que discordando, não pretende fazer desta bandeira um divisor de águas.

O que lança a ponte para uma nova questão. Segundo Genóino, diferentemente da pré-convenção de São Paulo no ano passado, agora, a disposição da articulação se volta para a possibilidade de uma maior composição no conjunto do campo da esquerda do partido. "Por isso, frisa ele, o texto que esta semana vai a público é apenas uma contribuição aberta a um processo de discussão que pode vir a resultar numa definição e numa chapa e um programa mais amplos."

No entanto não fica claro ainda em que medida esta diferença reflete uma novidade política ou mais propriamente uma postura defensiva frente à disputa no quadro nacional, já que tem sido alvo de muitas críticas no interior do partido.

A Argentina após a ditadura militar



O fim da ditadura argentina após as eleições de 30 de outubro foi uma vitória da classe trabalhadora e da resistência popular. Ao mesmo tempo, mostrou que a burguesia ainda tem espaço para manobrar.

Os peronistas, que receberam 62% dos votos nas eleições de 1973, tiveram apenas 40% dos votos. A União Cívica Radical, por outro lado, subiu de 24% para 52% nestas eleições. Uma análise dos resultados eleitorais indica que o setor mais concentrado e politicamente avançado do movimento operário, a maioria dos cinco milhões de jovens que nunca votaram antes, e as camadas mais progressistas da classe média votaram contra os peronistas e deram a vitória para o candidato da UCR, Raúl Alfonsín.

Os candidatos peronistas foram eleitos para governar 12 das 23 províncias, as mais atrasadas e menos populosas. Assim, conseguiram a maioria no Senado Nacional.

Mas os peronistas perderam em Córdoba, o centro da indústria automobilística e o cordão que reúne a vanguarda do movimento operário na década passada. Perderam em Villa Constitución, o principal centro siderúrgico, onde em 1975 a luta contra a burocracia sindical conheceu os seus momentos de pique. Perderam também nos subúrbios de Buenos Aires, onde a maioria da classe operária está concentrada e onde os peronistas tradicionalmente sempre foram fortes. E perderam na capital, recebendo apenas 27% dos votos.

Um reflexo negativo de um histórico passo adiante

O peronismo foi a expressão política da classe operária por trinta anos. Apesar de ser um movimento nacionalista-populista com liderança burguesa, o peronismo proveu a estrutura para a unidade social e política do movimento operário. Através dele, a classe trabalhadora atingiu um alto nível de organização e conquistou importantes ganhos.

O posterior desenvolvimento do peronismo e a utilização de sua base na classe trabalhadora e popular como um instrumento do capitalismo, necessariamente teria de incentivar os explorados a buscar uma alternativa. Mas um movimento político de massas não pode se reconstituir e formar uma nova vanguarda ao mesmo tempo. Assim, quando os trabalhadores negaram o peronismo, eles inicialmente enfraqueceram o movimento da classe e

A realização das eleições na Argentina, a vitória de Alfonsín e o julgamento dos generais envolvidos diretamente na repressão que assassinou 30 mil argentinos repercutiram fortemente no Brasil.

Aqui, uma análise das possibilidades e contradições do governo Alfonsín.

Um governo que se apoia em um equilíbrio instável, ante a desmoralização das Forças Armadas e a crise forte do peronismo.

seus aliados pelo fato de retirar deles o seu veículo de expressão da sua unidade social e política. A complexidade desta situação ficou evidente em 1976, quando o movimento dos trabalhadores se recusou a defender o governo de Isabelita Perón e entrou em enfrentamento com a burocracia sindical peronista. Isto abriu o caminho para a instalação da ditadura.

O regime militar foi capaz de se manter estável por cinco anos e lançar uma ofensiva nunca vista contra as conquistas dos trabalhadores. Neste sentido, Alfonsín representa um fenômeno análogo à ditadura: sua vitória está baseada na desorientação política da classe operária.

Em transição

Mas uma coisa nova está ocorrendo sob a superfície. Alfonsín deve a sua vitória aos trabalhadores que foram mais longe na sua experiência sindical e política e que identificaram o peronismo como uma liderança burguesa e contra-revolucionária. Eles marcaram os seus votos contra o governo 1973-1976 e os burocratas sindicais ancorados no aparato político peronista. Essas camadas do proletariado — decisivas na evolução da classe em seu conjunto — não são mais peronistas mas não têm ainda uma alternativa. Eles estão em transição das referências de colaboração de classes imposta pelo peronismo para alguma coisa ainda indefinida.

Refletindo essa dinâmica, a esquerda foi esmagada eleitoralmente. O Movimento ao Socialismo, que recebeu 182 mil votos em 1973 sob o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores, obteve 42 mil votos nesta eleição. A Política Operária que filiou 70 mil para ganhar estatuto legal em março de 1983, recebeu apenas 13 mil votos em outubro. O Partido Comunista que elegeu dois deputados ao Parlamento em 1973, desta feita não elegeu nenhum.

O oportunismo de Alfonsín

A União Cívica Radical, tanto quanto o peronismo, esteve comprometida com a repressão levada a cabo pelas Forças Armadas no período 75-83. Contudo,



O último comício de Alfonsín: atingindo as bases peronistas

desde os primeiros sinais de abertura, ela soube fazer funcionar uma nova equipe, sob a direção de Alfonsín.

Primeiro a compreender que a queda de Puerto Argentino em mãos britânicas marcava a derrocada da ditadura. Alfonsín, duas semanas depois do fato, reuniu uma multidão em um ginásio coberto para exigir o afastamento dos militares e a designação de um governo civil de transição, que funcionaria como organizador da solução eleitoral.

Dado esse primeiro passo, o radicalismo, que engloba tradicionalmente uma parte de grande burguesia, soube explorar a fundo as divisões internas ao peronismo e a ausência de direção delas decorrente. E, nisso, ele pode contar com a colaboração dos próprios peronistas, que fizeram, tanto de suas eleições internas quanto de seus comícios eleitorais, um palco de batalhas entre velhas raposas.

O candidato presidencial, Ítalo Luder, quando presidente interino, em 1975, assinou o decreto ordenando às Forças Armadas o "aniquilamento" dos guerrilheiros do Exército Revolucionário do Povo e dos Montoneros. O candidato à vice-presidência, Deolindo Bitel, foi o

estrategista da segurança quando do governo de Isabelita Perón. O postulante ao cargo de governador de Buenos Aires, Herminio Iglesias, era responsável pela organização dos esquadrões da morte da Aliança Anticomunista Argentina.

Mais ainda. O radicalismo soube centrar o seu proselitismo na denúncia do pacto militar sindical, pelo qual o setor sindical de Lorenzo Miguel seria beneficiado na reorganização dos sindicatos sob intervenção, e, em troca, os militares gozariam de imunidade durante o futuro governo peronista. Da parte das FF. AA., estabeleceram o acordo os generais Cristino Nicolaides e Juan Carlos Trimarco, respectivamente, comandante-em-chefe do Exército e chefe da Corporação I, sediada em Buenos Aires.

Pois bem. Garantia aos direitos democráticos, recusa do pacto entre as direções sindicais e as Forças Armadas, respeito à democracia sindical e relance dos salários. Fazendo desses tópicos o eixo de sua campanha eleitoral, a UCR conseguiu ir além de seus apoiadores tradicionais, atingir parcelas do pequeno empresário, e, o que é mais importante, uma fração da classe operária.

O governo Alfonsín e o movimento operário

O espaço de manobra de Alfonsín está delimitado pela humilhante derrota das Forças Armadas de um lado e pela ausência de um movimento independente dos trabalhadores. Os dois gigantes irreconciliáveis — o capital monopolista burguês associado com o imperialismo e o movimento operário — estão temporariamente paralisados. Mas isto não significa que a luta de classes esteja congelada nem que o novo regime assume uma postura neutra no conflito.

É certo que o governo Alfonsín não resolverá os problemas de fundo em que se debate a Argentina. As extremas distorções existentes na economia, amarrada a uma dinâmica internacional recessiva e inflacionária, anularão os efeitos das tímidas reformas econômicas ensaiadas pelo novo governo. E este dificilmente consolidará organizativamente o seu apoio no movimento operário em meio a uma política de austeridade.

Por trás de discurso de Alfonsín existe mais do que mera demagogia eleitoral. Ele dissimula com

efeito uma nova versão da velha política burguesa chamada de institucionalização. Trata-se na verdade de canalizar o enorme potencial de conflitos entre as classes através das instituições burguesas para melhor contê-los.

E assim que imediatamente após as eleições, a equipe econômica de Alfonsín começou a difundir na opinião pública a ideia de que o aumento dos salários deveria ser precedido de uma modificação da legislação. Trata-se pois, de retirar a questão salarial dos quadros das empresas para levá-la para o das instituições. Mas, mais perigoso ainda é o projeto que, sob o rótulo "Democracia sindical" foi bem recebido na opinião pública. Não é por acaso que este é o único campo em que o governo pode apresentar projetos concretos, aliás já postos em execução. Foi por esse objetivo que o novo Ministro do Trabalho, Antonio Mucci, foi cuidadosamente escolhido. Trata-se de um velho operário que se tornou burocrata sindical e que tinha sido marginalizado no período da ditadura.

Logo após as eleições a UCR declarou que iria construir sua própria central sindical para se opor à CGT peronista. No entanto, ele vendeu a pele do urso antes de tê-lo matado, pois um dos aspectos positivos do peronismo é precisamente a central única. Diante da indignação causada por esse projeto, Alfonsín reavou: o porta-voz de Alfonsín veio a público declarar que "na verdade o governo não tem necessidade de mais uma CGT. A experiência das duas centrais mostrou que na hora da greve elas sempre se unem para melhor atuar separadamente nas negociações."

Aumento irrisório

Depois deste balão de ensaio, os projetos anunciados pelo Ministro do Trabalho tornaram-se mais moderados, porém mais concretos. Apresentou um projeto de lei regulamentando a eleição dos delegados de base das empresas. Paralelamente, um Conselho Nacional do Salário deve ser criado.

Nele o governo, os patrões e os sindicatos definiram em comum as grandes linhas da política de salários. Com esses dois projetos, o governo já encontrou um terreno de negociação com a burocracia sindical para melhor conter a pressão da base, invocando a democracia sindical.

O anúncio do aumento dos salários pelo novo Presidente da República logo após tomar posse é um bom exemplo disso. Os salários e o salário mínimo devem aumentar apenas 1000 pesos (40 mil cruzeiros). Ao mesmo tempo, Alfonsín anunciava que o governo se oporia a qualquer outro aumento de salários, porque a luta contra a inflação é prioritária além de ser necessário saldar a dívida externa do país. Paralelamente, o ministro da Economia e das Finanças, o banqueiro Bernardo Grinpun, "desmentia" todos os rumores segundo os quais o governo não saldaria a dívida externa nas condições previstas.

Política de austeridade

O quadro no qual se inscreve a política da UCR é, pois, bem claro. Alfonsín está consciente de que não tem lugar, no momento para uma nova forma de populismo. Para isso falta não apenas as possibilidades materiais de alívio econômico dos trabalhadores: a partir da crise do peronismo, faltam estruturas de canalização e controle do movimento operário.

Ao assumir o pagamento da dívida externa, o governo Alfonsín está deixando a porta aberta a eventuais créditos de pouca importância para beneficiar as empresas em dificuldades com produção para o mercado interno. Mas o reconhecimento público da dívida é sobretudo destinado a impor uma política de austeridade que recairá sobre os trabalhadores: o governo radical terá de que desencadear uma ofensiva contra as massas.

A terrível realidade do terror

Ao mesmo tempo que busca reforçar e controlar as Forças Armadas, Alfonsín entrega o julgamento dos militares assassinos a seus próprios pares.

Lentamente, a realidade do genocídio promovido pelos militares argentinos vai mostrando os seus contornos. A comparação com o nazismo aqui não é forçada: os algozes publicamente confessam a sua identidade com as teses do nacional-socialismo; as execuções, feitas em massa, reabilitando os túmulos coletivos e os campos de concentração, com requintes extremos de crueldade. Cerca de 30 mil argentinos, a esmagadora maioria dos quais ativistas e militantes sindicais, tiveram as suas vidas ceifadas neste enorme holocausto.

Sabe-se que, formados em grupos de cinquenta, os prisioneiros da Marinha eram levados em um caminhão até o Aeroporto Jorge Newberry, onde embarcavam em aviões rumo ao Atlântico. Eram jogados vivos em uma zona onde o curso da corrente assegurava o desaparecimento dos cadáveres. Cerca de mil corpos foram explodidos por dinamite de uma só vez. Pais, mães e crianças eram assassinadas a sangue frio.

Sob o impulso da ânsia de justiça que é ampla e disseminada entre o povo argentino, o presidente Raúl Alfonsín procura se mover entre dois espaços: ao mesmo tempo que busca limpar as Forças Armadas dos militares mais ligados à repressão

clandestina e subordiná-las ao seu comando, procura reconstruir a legitimidade da instituição. Um jogo entre pressões nem sempre viáveis de equilibrar.

Reformas e julgamentos

Assim, o governo argentino está movendo um processo contra os nove generais e almirantes que lideraram as juntas militares que governaram o país de 1976 a 1982. Esses oficiais — inclusive os ex-presidentes general Jorge Videla, general Roberto Viola e general Leopoldo Galtieri — estão sendo acusados de "homicídio, privação ilegal de liberdade e tortura de prisioneiros".

O novo Congresso já a 22 de dezembro, atendendo a uma requisição do governo Alfonsín, anulou a chamada lei da auto-anistia que a última junta havia promulgado em setembro do ano passado.

Além disso, o novo governo promoveu a retirada de quase metade dos generais da ativa no Exército, dois terços dos almirantes da Marinha e um número considerável de oficiais da cúpula da Aeronáutica. Retirou ainda o serviço de inteligência das mãos dos militares além de fábricas de armamentos.

Uma comissão de dezesseis membros foi formada para investigar os

fatos ligados aos desaparecidos políticos. Ela tem o poder de requisitar documentos ou testemunhos a qualquer oficial das Forças Armadas.

Apenas os abusos

Ao mesmo tempo, Alfonsín tratou logo de deixar claro que o seu governo se voltava contra os "abusos" e não contra os militares em seu conjunto, evitando assim a condenação do conjunto do regime, propostas pelos setores de resistência na luta pelos direitos humanos. O julgamento dos ex-membros das Juntas Militares, o que é mais importante, foi entregue à Suprema Corte das Forças Armadas, cabendo recursos à Justiça Civil. Está claro que Alfonsín busca abrir espaço para entendimentos e acomodações.

E, em um esforço para igualar o genocídio promovido pelos militares, aos que pegaram em armas contra o regime, Alfonsín ordenou a condenação de sete líderes guerrilheiros exilados (seis do Movimento Peronista Montonero e um do Exército Revolucionário do Povo). Os Montoneros anunciaram a dissolução de sua organização. Apesar disso, o líder Montonero Ricardo Obregón Cano foi imediatamente encarcerado ao retornar a Argentina no dia 20 de setembro.



No cemitério de Moreno em Buenos Aires: cadáveres de desaparecidos

Não podemos transigir com os inimigos da vida e da liberdade

A seguir, uma entrevista com Hebe Bonafini, presidente das Mães da Praça de Maio, que ocupou um lugar de ponta na luta contra a ditadura.

— Como se desenvolveu a luta das mães da Praça de Maio desde que a ditadura entrou em crise, depois da guerra das Malvinas?

Hebe Bonafini O povo começou a acordar de novo porque a guerra foi um exemplo muito gritante das mentiras de que os militares são capazes, para enviar jovens para morrer. Da mesma forma que mentiram para justificar a guerra interna contra nossos filhos. Eu diria que foi a partir daí que o povo começou a tomar parte no nosso combate. Ele veio para as ruas e a partir daí o medo começou a recuar.

— A principal reivindicação do movimento é a do "reaparecimento" com vida dos desaparecidos. Vocês têm alguma esperança de que alguns estejam vivos?

Hebe Bonafini Até hoje não encontramos nenhum desaparecido vivo. E sabemos que as prisões secretas da ditadura foram suprimidas e dissimuladas. Mas tudo o que sabemos é

através de pessoas que estiveram presas e depois foram libertadas. Nós não conseguimos provar quase nada. O grande avanço de nossa ação será o fato das pessoas compreenderem quem foram nossos filhos, porque eles foram presos, que mães somos nós e por que lutamos. E esperamos que o governo eleito cumpra as promessas que fez durante a campanha eleitoral.

— Vocês têm uma lista imensa de desaparecidos. Quantos nomes ela contém precisamente?

Hebe Bonafini A cada dia recebemos sempre novos nomes e novos casos. Mas não podemos fazer uma pesquisa para cada caso particular. A questão dos desaparecidos vai muito mais longe do que os dramas pessoais. Foi uma desgraça que atingiu a todo o povo e tem de ser combatida nesse mesmo nível. Existem famílias inteiras que desapareceram, pai, mãe e filhos. Seu desaparecimento não pode

sempre ser apontado. Se enquanto mães, nós procuramos apenas por nossos próprios filhos, então estaremos deixando de lado a maior parte do drama.

Fica cada vez mais clara atualmente a extensão real desse drama. Temos sido procuradas por pessoas que até hoje não haviam denunciado o desaparecimento de parentes



porque estavam aterrorizadas, com medo de que outros membros da família sofressem as consequências. O terror na Argentina assumiu realmente uma dimensão inimaginável. Numa fábrica da qual desapareceram 250 pessoas, somente 40 foram apontadas. Os militares fizeram uma campanha extremamente organizada para apresentar os desaparecidos (todos) como terroristas e os efeitos dessa campanha estão começando a se atenuar só agora. Durante um bom tempo perdeu-se o sentido da solidariedade. Mas agora, novamente, os jovens estão lutando por suas vidas, por seus camaradas, por seus irmãos. E nisso consiste nosso sucesso.

— Desde 1977, a cada semana vocês organizaram um encontro na praça de Maio. As eleições de 30 de outubro modificam alguma coisa em sua ação?

Hebe Bonafini Atualmente ganhamos a nova tarefa de cobrar dos eleitos que se

encarreguem também de nossa luta. Mas o eixo principal de nossa ação continuará sendo a pressão popular. Queremos que os culpados sejam punidos o mais rapidamente possível. E devemos impedir que eles deixem o país.

— É preciso punir os responsáveis pelos crimes. Mas é praticamente todo o exército e a polícia que estão implicados. Vocês contam com a resistência desses setores? Como e quem deve puni-los?

Hebe Bonafini Certamente. Mas contamos também com a nossa força. Não podemos transigir com os inimigos da vida e da liberdade, porque eles podem querer recomeçar tudo de novo. Nós exigimos a constituição de juríspes especialistas de 12 a 13 pessoas, diferentes dos tribunais e sem juizes. Isto é previsto pela Constituição. Esses juríspes devem partir de indícios onde não houver provas porque de qualquer modo, as pessoas desapareceram.

Ronald Reagan

Os perigos da reeleição

Poucos dias após anunciar sua candidatura à reeleição nos EUA, Ronald Reagan apresentou ao Congresso norte-americano uma proposta de orçamento militar que é quase três vezes a dívida externa brasileira: US\$ 264,4 bilhões para o ano fiscal de 85 que terá início em 1º de outubro de 84.

Qual o significado dessas duas atitudes para os EUA e os países da América Latina?

As pesquisas de opinião realizadas em janeiro davam a Reagan maiorias de 15 a 20% sobre seus concorrentes, o democrata Walter Mondale e o ex-astronauta John Glenn. Mas, as pesquisas também deixaram claro que os eleitores consideram Reagan apenas a menos ruim entre eles.

A força eleitoral de Reagan está na tão falada recuperação da economia norte-americana. Que não passa de um engodo. A inflação baixou, o nível de emprego e renda per capita subiram. Mas, em relação a quê? A política recessiva imposta pelo próprio Reagan no início de seu mandato. Com relação aos índices dos anos 70, por exemplo, o nível de vida dos americanos ainda não parou de cair. Os reempregados de Reagan ganham, em média 20% do

que ganhavam em seu último emprego. As vendas de Natal de 83 foram 9% menores que em 82. O subemprego cresceu mais de 100%.

Reagan tem a maioria dos que **deram opinião**, a classe média branca que sabe que ele vai continuar com sua política de corte de benefícios aos mais pobres (geralmente negros e imigrantes latinos), no âmbito interno; e com sua reedição do "big stick" — intervencionismo característico dos EUA até derrota no Vietnã —, no âmbito externo.

Tanto isso é verdade que, poucos dias após o anúncio de sua candidatura, chega ao Congresso a proposta de aumentar os gastos do Pentágono, uma verba recorde que, se aprovada, vai elevar o déficit público dos EUA a US\$ 180 milhões, o maior de sua história. A "justificativa": os EUA precisam estar em condições bélicas superiores às da URSS para negociar a paz. Uma economia baseada nas armas pressupõe a guerra. Mas, Reagan ainda não ousaria desafiar o Kremlin. A guerra será na América Central, no Oriente Médio e, de outra forma, também interna, contra as camadas mais pobres da população. O orçamento de Reagan prevê um aumento de



46% com gastos bélicos e cortes de mais 5% em benefícios sociais.

Quanto às repercussões internacionais da candidatura Reagan, elas não poderiam ter sido mais contundentes: a agência Tass, normalmente comedida em suas críticas, mesmo quando o assunto é polêmico, fez uma análise do governo Reagan, destacando seu militarismo e sua intenção declarada de invadir a América Central, e concluiu curta e grossa: a reeleição de Reagan será uma catástrofe para a humanidade. O grupo Contadora (Colômbia, Venezuela, México e Panamá), mediador do conflito na América Central, também acha um desastre um possível novo mandato de Reagan. No Brasil, as reações não foram diferentes. Para empresários e economistas, a política externa de Reagan foi um flagelo para os países da América Latina, porque provocou o aumento das taxas de juros e do endividamento desses países.

Bolívia

Trabalhadores derrubam política do FMI

Assediado, por um lado, pela Central Operária Boliviana (COB) e a esquerda e por outro, pela Confederação de Empresários Privados e a direita, o governo da Unidade Democrática e Popular (UDP) da Bolívia sofre uma paralisia que expressa em toda a sua dimensão seu contraditório projeto político: pretender, em nome dos trabalhadores, levar adiante um plano de "recuperação econômica" traçado pelo imperialismo através do FMI.

Assim, em fins de janeiro, uma greve de fome de 8 mil dirigentes sindicais obrigou o presidente Siles Suazo a aceitar 16 reivindicações da COB, entre elas, um aumento imediato de 57% dos salários, o congelamento dos preços de cinco produtos básicos e o monopólio de comércio dos minerais, a principal riqueza do país, em mãos do COMIBOL, empresa estatal na qual os trabalhadores impuseram a co-gestão operária majoritária.

Esse acordo provocou a reação imediata dos empresários: dois dias

de "lock out" (greve geral promovida por patrões) nos dias 6 e 7 de fevereiro contra as medidas assumidas por Suazo. Sem dúvida alguma, o "lock-out", ao pretender deter as reivindicações operárias, abre espaço para que os trabalhadores tomem as fábricas paralizadas e iniciem um processo autogestionário em defesa das medidas aceitas pelo governo.

Com a atitude patronal, o enfrentamento com a burguesia passa a um nível mais alto, já que para os trabalhadores, torna-se cada vez mais claro que não se trata mais apenas de pressionar o governo: para que possam impor verdadeiramente seus interesses é preciso ter um controle direto na produção e da distribuição.

Daí que o programa da COB propõe: co-gestão majoritária nas empresas públicas; controle operário nas empresas privadas e co-governo operário majoritário no poder central. A questão não esclarecida neste programa é se uma "expropriação" política de

fato da burguesia significa também sua expropriação econômica (já que nenhum empresário se dispõe a colaborar com semelhante governo) e isto não acontecerá sem um violento enfrentamento.

Mas o quadro sócio-econômico boliviano não está mesmo admitindo nenhum tipo de "colaboração de classes" como quer a UDP: 300% de inflação em 1983, queda do produto nacional bruto de 9% em 1982 e de 12% em 1983.

Para a solução desta crise, o proletariado boliviano conta agora com um aliado decisivo, antes ausente: a potente Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSU-TCB) que em seu II Congresso, em meados do ano passado, definiu que a unidade do movimento popular passa pela COB reconhecendo assim a unidade de interesses operário-camponeses e a liderança do proletariado num processo revolucionário que pulsa cada vez mais rápido nas entranhas da Bolívia.

Paraguai

Em fins de janeiro foram libertados os 4 dirigentes do Movimento pelo Reagrupamento Universitário (MRU) do Paraguai, que haviam cumprido 53 dias de greve de fome e estavam presos desde outubro de 1983 (Ver EM TEMPO n.º 182). Trata-se da segunda vitória que o movimento popular paraguaio alcança contra a repressão desencadeada em maio de 1983 (a primeira foi a libertação em outubro de outros militantes estudantis e sindicais).

Essas vitórias foram alcançadas graças à solidariedade interna e internacional de movimentos estudantis, sindicatos e partidos políticos populares que apoiaram ativamente aos presos durante a greve de fome. Não se trata pois de uma concessão da ditadura do general Stroessner.

Nicarágua 1984

O ano da intervenção?

No dia 2 de fevereiro, 6 caça-bombardeiros provenientes de Honduras, penetraram em território nicaraguense e atacaram uma instalação militar em Chinandega, 140 kms a oeste de Manágua. No dia seguinte, a repetição do ataque: sete mortos, onze feridos e grandes danos materiais foram o saldo deixado. O grupo somozista Frente Democrática Nicaraguense (FDN) assumiu a autoria da agressão. Mas a presença americana nas ações foi evidente: os aviões eram norte-americanos, a base de operações e os pilotos também.

Essa presença ficou ainda mais evidente no dia 11 de janeiro quando o exército sandinista derrubou, em território nicaraguense, um helicóptero americano que transportava técnicos ianques em explosivos, enquanto em território hondurenho forças conjuntas de Honduras e dos EUA realizavam manobras militares simuladas dentro do plano "Pino Grande II".

Apenas em janeiro deste ano já ocorreram 40 violações semelhantes do espaço aéreo nicaraguense que, não obstante, são apresentados sempre pela imprensa burguesa internacional como vítimas do "terror vermelho" ou até mesmo como "mentiras" e "invenções" dos sandinistas, como foi o caso dos ataques dos dias 2 e 3 que os EUA desmentiram, apesar da FDN ter assumido a autoria.

A presença norte-americana mais ostensiva na região se deve sobretudo ao evidente fracasso dos grupos contra-revolucionários na

Nicarágua (como também em El Salvador). No Vietnã também foi assim: primeiro, um abundante apoio material às forças reacionárias; em seguida, ocupação dos postos de comando diante da incapacidade dos oficiais contra-revolucionários e, finalmente, o envio massivo de tropas. Na América Central, os EUA estão ainda na segunda etapa.

Mas tudo leva a crer que 1984 será o ano da invasão direta, diante da crescente incapacidade e desmoralização dos grupos contra-revolucionários na Nicarágua e do Exército de El Salvador. Eden Pastora, chefe da ARDE (Aliança Revolucionária Democrática) já anunciou em janeiro a debandada do seu grupo.

Dentro do plano da retomada da ofensiva imperialista, os EUA e Honduras preparam agora a operação "Pino Grande III" com manobras militares simuladas conjuntas desses países junto com El Salvador e Guatemala a realizar-se diante da costa nicaraguense do Pacífico (onde se encontram as cidades estratégicas). E o Exército hondurenho anunciou a construção de uma base militar conjunta com os EUA na fronteira da Nicarágua justificada pelas "agressões sandinistas" (como no caso do helicóptero derrubado!). De seu lado, Reagan anunciou que para 1984-85 seu governo se propõe a dar uma ajuda global de 3,5 bilhões de dólares aos regimes direitistas da América Central.

Espanha

O novo Partido Comunista

Nos dias 13, 14 e 15 de janeiro foi realizado em Madrid, na Espanha, o "Congresso de Unidade dos Comunistas" que fundou um novo Partido Comunista no país, alternativo ao PCE (o novo partido se chamará Partido Comunista ou Partido Comunista dos Povos da Espanha). Na verdade, foi apenas uma reunificação de várias das dissidências que têm deixado o PCE nos últimos anos, sendo que a mais importante delas é a da Catalunha, que havia formado o Partido dos Comunistas da Catalunha; o PCC é a coluna vertebral do novo partido. Não se cogitou da unidade com outras forças que se reivindicam do comunismo na Espanha e que não tiveram uma origem recente no PCE, como a LCR (Liga Comunista Revolucionária) e o MCE (Movimento Comunista da Espanha). Por outro lado, participaram do congresso como observadores, setores que ainda continuam no PCE.

A base política do novo partido é a rejeição do "eurocomunismo", identificado com a linha de total colaboração de classes que vem sendo desenvolvida pelo PCE. Ao colocar-se contra o "eurocomunismo", assim, o novo partido se coloca por uma política de resistência frente à crise, de oposição aos pactos sociais, e à OTAN, de oposição ao Mercado Comum Europeu. Isto o situa claramente à esquerda do PCE. Contudo, as diferenças programáticas são ra-

zoavelmente reduzidas: o novo PC defende uma "democracia política e social" como forma de transição ao socialismo. Este regime será obtido por uma reforma da Constituição, uma reforma democrática da administração e dos aparelhos de Estado, uma reorganização das Forças Armadas. Trata-se de uma visão claramente reformista, onde não há lugar para a perspectiva clássica do marxismo de levantamento das massas e destruição do Estado burguês.

Por outro lado, o novo PC se identifica totalmente com a URSS e os países do leste europeu: os convidados mais aplaudidos do congresso foram os representantes do PC da URSS (aclamado aos gritos de "Lênin, Lênin!") e do POUP polonês (aclamado aos gritos de "viva o socialismo polaco").

Apesar das suas ambigüidades, o novo partido pode desenvolver-se. O PCE continua a revolver-se numa crise permanente, onde agora se opõem os "carrillistas" (liderados por Santiago Carrillo, antigo secretário geral) e os partidários do novo secretário geral Geraldo Iglesias. E há uma certa atividade do movimento de massas que favorece a política do novo partido com relação ao PCE. No dia 2 de fevereiro, mais de 200 mil pessoas realizaram por todo o país um dia de greves e marchas contra o desemprego e a política do governo "socialista" de Felipe González.

PERSPECTIVA internacional n.º 7

Nas sucursais de EM TEMPO a partir de 20/02/84

Editorial

A democracia operária não é um luxo

Argentina

Alfonsín e a classe operária — Marcelo Zugadi

Nicarágua

A trajetória da revolução sandinista face ao imperialismo — Daniel Jebrac

Cuba

Partido, organizações de massa e poder popular em Cuba — Jean Pierre Beauvais

O auge popular na América Latina — Jesus Monané Oropessa

Dossiê Movimento de Mulheres

Os homens se beneficiam com a opressão das mulheres? — Yvone Taylor e Judy Watson

A concepção marxista da violência contra as mulheres — Andrea Morell

Garantias contra a violência sexual — Heather Daszner

Dossiê Movimento Sindical

A CUT e a superação da estrutura sindical corporativa — Entrevista com

Paulo Eskromov

Os sindicatos na época da decadência imperialista — Leon Trotsky

As táticas de frente única — Leon Trotsky

História do movimento operário

A falência da Internacional Comunista — Charlie van Gelderen

Peng Shuzhi (1895-1983)

Farrel Dobbs (1907-1983)

O movimento sindical gaúcho em 1983

Durante o ano passado, ressoaram em todo o país a disposição de luta e os avanços do movimento sindical gaúcho. Aqui, um balanço dessa trajetória.

Por Paulo César da Rosa

O Rio Grande do Sul conta com 290 sindicatos urbanos, 237 rurais e 15 Federações de Trabalhadores. Depois de São Paulo, é o estado que possui o maior número de entidades sindicais. Apesar disso, todas as debilidades estruturais que afetam o movimento sindical nacional se fazem presentes: o corporativismo, a rotatividade da mão de obra, o baixo índice de sindicalização, principalmente entre os trabalhadores mais explorados, etc.

No ano que passou, entretanto, o movimento sindical gaúcho apresentou algumas características que não se apresentaram noutros estados com o mesmo vigor que no Rio Grande do Sul. Entre elas, duas se destacam para que ao final do ano se pudesse fazer um balanço positivo das lutas.

Em primeiro lugar, o grau de unidade alcançado no movimento sindical ampliou em muito a credibilidade nas lutas em largas faixas de trabalhadores. Até a realização do I Conclat o polo combativo do sindicalismo conseguiu arrastar os setores mais atrasados do movimento. Isso foi possível basicamente por uma política correta de frente única e permitiu a realização de grandes manifestações de trabalhadores como o dia 19 de março, o 1º de Maio Unitário e a adesão expressiva à greve geral de 21 de julho. O polo combativo sempre procurou puxar os setores vacilantes e amarrar o setor pelego-reformista com base em propostas concretas de luta.

A segunda característica foi a articulação do movimento sindical urbano como movimento de bairros. Em todas as grandes lutas travadas no estado, as associações de moradores contribuíram de forma decisiva. Foi rompida na prática a visão estreita e corporativa de que bairro é uma luta e sindicato é outra, permitindo uma integração e um somatório de forças nas grandes questões, decisivas tanto para um quanto para outro movimento.

Como terceira característica, ainda muito incipiente, pode ser citado um certo avanço na integração das lutas dos trabalhadores do campo com os da cidade. Neste sentido, foi expressiva a marcação da ata de protesto contra o mau atendimento da Previdência Social e pela reforma agrária pelos trabalhadores rurais para 25 de outubro, mesmo dia em que a CUT propunha a realização de uma greve nacional contra o 2045 e a política econômica do governo.

O caráter das lutas

A recessão, o desemprego, o arrocho salarial reforçam as tendências desagregadoras do movimento operário. Ao mesmo tempo, é este mesmo quadro de crise profunda jogada nos ombros da classe trabalhadora brasileira que exige sua intervenção no quadro político com um grau de unidade e coesão superiores. É uma encruzilhada. Optando por trabalhar as grandes questões que afetam a vida nacional, os dirigentes podem se descolar facilmente das poucas bases que possuem, grandemente despolitizadas e desorganizadas. Optando pelos interesses específicos e imediatos da categoria, estão fadados a não resolver nenhum de seus problemas, pois a raiz deste é, em última instância, a existência de uma ditadura



A grande manifestação unitária no dia 9 de março



A histórica marcha de Canoas no dia 21 de julho.... Paim, a liderança

militar que defende em cada decisão que toma, os interesses dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

O movimento sindical gaúcho em 83 oscilou entre os dois extremos e, em geral, procurou combinar uma coisa e outra mas nem sempre conseguindo. As grandes mobilizações como a assembléia estadual do dia 19 de março, o 1º de Maio, a greve de 21 de julho, a manifestação de 15 de outubro e o peneirão de 25 de outubro não excluíram dezenas de greves e manifestações por questões específicas e de defesa de direitos constituídos. A maioria das greves da categoria foram de resistência ao arrocho salarial e ao desemprego de fato, com excessão dos metalúrgicos da Coemsa que frente a uma ameaça de desemprego declararam uma greve preventiva. Dado este caráter ofensivo e dado o tempo de duração (12 dias), a greve da Coemsa abalou o estado.

A luta contra o desemprego

A luta contra o desemprego teve como palco principal a cidade de Canoas e municípios vizinhos do Vale dos Sinos, mas atingiu localidades da grande Porto Alegre com certa intensidade. Manifestações de 1.500 ou 2 mil pessoas foram comuns. As conquistas obtidas, no entanto, foram extremamente parciais. Além dos ranchos episódicos, dos passes nos transportes urbanos e anistias temporárias do pagamento de água, luz e

impostos, o governo do estado implantou em Canoas três frentes de trabalho demagógicos que atendem 180 desempregados trabalhando em troca de (pouca) comida.

O movimento, no geral, foi conduzido por sindicalistas combativos e ficou inconcluso. O movimento de bairros, devido a uma dispersão de esforços, e os próprios desempregados, dada a sua despolitização, revelaram uma certa incapacidade de tomar a si continuidade da luta.

Eleições confirmam disposição de luta

Tanto no campo quanto na cidade o quadro foi positivo. Entre os trabalhadores rurais as oposições sindicais conquistaram duas importantes entidades: O Sindicato Rural de Farroupilha e o de Três de Maio. Entre os trabalhadores urbanos, além da manutenção das diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, únicas entidades nas mãos de diretorias combativas em que houve eleição, as oposições conquistaram quatro importantes sindicatos: o dos jornalistas, Rodoviários, Papel e Papelão de Gauíba e o das Telecomunicações.

Este número estabelece uma vantagem de seis entidades sobre o bloco pelego-reformista pois nenhuma entidade sob a

direção dos combativos foi perdida, confirmando a tendência geral da conjuntura favorável a uma política arrojada, de organização de base e rompimento com a estrutura sindical, democracia e combatividade anti-regime e anti-patrão nas entidades.

Reflexos da fundação da CUT

Até a realização do III Enclat e a greve do dia 21 de julho, o movimento sindical gaúcho ia de vento em pôpa. A organização intersindical por região, mesmo com uma série de debilidades, apresentava avanços sempre crescentes. O movimento sindical gaúcho, mesmo que a nível nacional apresentasse uma debilidade de direção entre o bloco pelego-reformista e o bloco combativo, no estado tinha uma direção clara sintetizada pela voz do coordenador da Central Estadual de Trabalhadores, Paulo Renato Paim.

Após a fundação da CUT, se estabeleceu uma certa confusão. Dividido a nível nacional, o movimento sindical gaúcho contava com um organismo unitário, a CET, cujo coordenador foi eleito secretário da CUT. O setor pelego-reformista ensaia um movimento de esvaziamento da CET, em parte com sucesso. A linha Ari Campista, muito débil no estado, junto com o MR-8, tenta fundar um Conselho Estadual de Trabalhadores que signifique um polo de contra posição à CUT no estado. Esta iniciativa, no entanto, já nasceu praticamente morta, pois necessitaria da direção de Valdomiro Orso, presidente da federação dos metalúrgicos e Mário Provensi, presidente da federação da alimentação para adquirir um mínimo de respeitabilidade. E estes são dois sindicalistas "reformados" que sempre permaneceram em cima do muro no que diz respeito à oposição CUT-Conclat. Incapazes politicamente portanto de puxar a divisão no estado.

O caminho da unidade

A política desenvolvida pelo setor da CUT no estado de novo foi politicamente correta. Ao invés de entrar num combate estéril ao setor simpático ao Conclat partiu para elaborar propostas concretas de luta. Avaliando a necessidade do movimento operário entra de sola na luta política. Passou a chamar este setor em cima de uma plataforma concreta de lutas que tem como ponto central a reivindicação de eleições diretas para presidente da república, desencadeando a organização de Comitês Unitários de Luta já no início de 84 e estabelecendo um calendário unitário de mobilizações.

Obviamente, existe ainda uma grande incapacidade da CUT de se enraizar no movimento operário gaúcho. Incapacidade delimitada pela falta de estrutura financeira de um lado e pela incapacidade política de outro. O setor da CUT, se tem claro que o caminho da reconstrução de uma unidade no movimento sindical passa muito antes pela unidade nas lutas do que pelas tentativas de estabelecimento de um quadro orgânico comum, ainda patina exatamente em clarificar uma tática e estratégica corretas de enfrentamento ao regime que articule a construção dessa unidade com os objetivos finais da classe operária.

Servidores nas Universidades Federais

Um pelego a menos

Depois de realizar duas greves nacionais explosivas sob o comando da oposição, a categoria dos servidores em universidades conseguiram derrubar o pelego Francisco Cavalcanti, presidente da Fasubra desde a sua fundação.

Da Sucursal do Rio

Com a presença de 296 delegados realizou-se de 18 a 20 de janeiro no campus da UFRN em Natal, o I Congresso da Fasubra — Federação dos Servidores das Universidades Federais. A polarização do Congresso, como esperado, se deu em torno da eleição da nova diretoria.

A oposição queria que a nova diretoria fosse eleita diretamente no Congresso e apenas homologada pelo Conselho de Entidades da Fasubra. Já o sr. Cavalcanti, que sequer apresentou chapa ao Congresso por ser ali extremamente minoritário, defendia a eleição em Conselho, onde teria ainda alguma chance. Na votação em Congresso a chapa de oposição obteve 229, contra 2 nulos e 4 votos branco, o que demonstra para além de qualquer dúvida que a categoria estava decidida a recuperar a sua entidade nacional.

Para garantir a vitória da oposição, o Congresso permaneceu reunido como forma de pressão sobre o Conselho de Representantes. No entanto, nem mesmo chamando as pressas, por avião, presidentes de Associações fechadas com sua posição, conseguiu o pelego Cavalcanti reverter a decisão do Congresso. Também

no Conselho deu vitória da oposição: 14 votos para a oposição, 13 votos para a pelegada e 1 abstenção.

A nova diretoria composta por todos os setores de oposição e grande número de petistas tem diante de si a tarefa de organizar e mobilizar uma categoria que recentemente deu mostras de um grande potencial de combatividade.

Abaixo, o depoimento de Roberto Rodrigues, relações públicas da nova diretoria da Fasubra.

Construir a organização dos Servidores

“Uma chapa de oposição na Fasubra significa o início da construção de uma entidade realmente representativa dos servidores das Universidades brasileiras. Desde que foi fundada em 1968, a Fasubra teve como presidente o pelego Francisco Cavalcanti que sempre se omitiu de encaminhar as lutas da categoria e, em muitos casos, deixou de representá-la em eventos importantes do movimento sindical como os Conclats e o II Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais. O trabalho de oposição

começou a ser construído a partir da experiência acumulada na primeira paralisação dos servidores das universidades federais em dezembro de 1982.

A Fasubra encontra-se atualmente desacreditada perante os funcionários devido ao imobilismo de suas diretorias. A principal tarefa deve ser justamente, construir uma entidade verdadeiramente representativa dos servidores, que encaminhe suas lutas e reivindicações.

No plano das lutas dos servidores públicos, propomos a luta pelo reajuste semestral dos salários dos servidores, pelo 13.º para os estatutários, pela efetiva estabilidade no emprego e pelo livre direito de sindicalização e de greve.

Quanto à universidade, destacamos a luta pela participação paritária dos servidores em todos os órgãos colegiados, com eleições diretas desde o nível do chefe imediato até o reitor.

Já no plano mais político, temos como bandeiras a luta por eleições livres e diretas para presidente, o repúdio à política econômica do governo e a luta pelo rompimento dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa.”

São Caetano

Pelegos resistem

Manobras, agressões físicas, violação de urnas, recursos judiciais vêm caracterizando as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (SP) desde o seu início. Conforme noticiamos na edição passada, o pelego João Lins está fazendo de tudo para impedir a vitória da chapa 2, de oposição.

Ganhadora das eleições no primeiro escrutínio, a oposição partiu para ratificar sua vitória no segundo. Só que simplesmente sete das 14 urnas utilizadas na

votação foram violadas, fato que exigiu a realização de um terceiro escrutínio. Este teve lugar nos dias 1, 2 e 3 deste mês, sob fiscalização reforçada da DRT, requisitada judicialmente pela chapa 2 para que se garantisse a lisura do pleito. Aliás, a oposição teve de travar uma verdadeira batalha judicial para poder participar dos três escrutínios, já que os pelegos vinham procurando a todo custo impugnar legalmente a chapa oposicionista, à parte, é claro, a utilização de métodos menos sutis

como a violação das urnas.

Mas a coisa não pára aí. Um juiz federal suspendeu a apuração do terceiro escrutínio até que os mandados de segurança impetrados pela chapa pelega sejam julgados em instância superior, ficando as urnas sob a custódia da Polícia Federal. Como se vê, os pelegos e seus valiosos aliados estão jogando todas as cartas. Esperemos que tudo isso seja apenas o prolongamento da agonia de João Lins na direção do sindicato.

Sertãozinho/SP

Metalúrgicos em greve

Em Sertãozinho (SP), cerca de seis mil metalúrgicos, pertencentes a um total de 30 empresas, entraram em greve no dia 26 de janeiro reivindicando, entre outros itens, adicional de 12% nos salários e estabilidade no emprego.

No dia 4 último, após nove dias de greve ininterrupta, o TRT, atendendo pedido dos patrões, decretou a ilegalidade da greve. Mesmo com este revés, os metalúrgicos decidiram continuar o movimento até a obtenção de suas reivindicações. Percebendo a enorme disposição de luta da

categoria, os patrões resolveram entrar em acordo com os grevistas no dia 6, em reunião na Câmara Municipal da cidade, da qual participaram o Sindicato dos Metalúrgicos local, o Centro de Indústrias de Sertãozinho e representantes da Secretaria e do Ministério do Trabalho. Tudo indicava que as principais reivindicações seriam atendidas, até que os empresários repentinamente recuaram do acordo, condicionando qualquer negociação à volta ao trabalho.

Diante disso, os metalúrgicos

prosseguiram com a greve, que no fechamento desta edição já entrava no seu décimo segundo dia. Os piquetes formados diante das fábricas contavam com a presença de mulheres e crianças, vigiados por um fortíssimo contingente policial. O sindicato está ameaçado de intervenção e reina um clima tenso na cidade.

Vale aqui ressaltar a combatividade dos operários de Sertãozinho, sobejamente demonstrada por ocasião da greve geral de julho do ano passado, na qual a cidade parou completamente.

Campinas

Energia contra os pelegos

Um sindicato de grande importância estratégica está em plena campanha eleitoral. Trata-se do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Hidro e Termoeletricas de Campinas, com uma base social de aproximadamente 20 mil eletricitários que se estende por todo interior do Estado de S.Paulo.

Previstas para o mês de abril, as eleições serão disputadas por duas chapas. A chapa 1 representa a continuidade do peleguismo há muito tempo vigente no sindicato. A chapa 2, de oposição, foi resultado de uma articulação das lideranças gerais surgidas na

categoria e é composta por simpatizantes do PT, do PMDB e independentes.

Para se ter uma idéia da importância deste sindicato, basta dizer que os eletricitários que constituem sua base social — pertencentes à CESP, à Companhia Paulista de Força e Luz e empresas pequenas — são responsáveis por toda a produção de energia elétrica de S.Paulo, que é aproveitada ainda em outros Estados. Portanto, o sindicato de Campinas tem sob sua jurisdição nada menos que o principal centro gerador de energia do país!

Feirantes/Meriti

Um exemplo a seguir

Os feirantes de São João de Meriti, por proposta de sua comissão de organização, decidiram boicotar a cobrança de taxas ilegais efetuada por fiscais da prefeitura daquela cidade. A repressão caiu sobre as lideranças do movimento, sendo que alguns dos companheiros que faziam panfletagem foram sequestrados por um policial e um fiscal até a prefeitura. Ali foram ameaçados de serem levados para o DOPS como “agitadores” e “subversivos”.

No entanto, a categoria mos-

trou um elevado nível de unidade e de capacidade de defender suas lideranças. Indo em caminhões até a prefeitura, uma multidão de feirantes conseguiu a libertação dos companheiros presos. Ao mesmo tempo, decidiram continuar o boicote, que teve a adesão de 90% da categoria. A pressão conseguida pela mobilização obrigou a prefeitura a recuar. No dia seguinte, em audiência com os feirantes, o Secretário da Fazenda reduziu em 50% os impostos cobrados e anistiou toda a dívida de 1983.

Jornalistas/SP

Oposição em campanha

Nos dias 12, 13 e 14 de março vão realizar-se eleições no Sindicato dos Jornalistas no Estado de S.Paulo. A chapa 2, de oposição, já começou a percorrer as redações, em ritmo de campanha eleitoral. Contando com o apoio dos petistas, ela se propõe a tirar o sindicato de sua atual letargia.

De alguns anos para cá, a categoria entrou num profundo estado de dispersão, com assembleias esvaziadas, campanhas

salariais fraquíssimas, chegando-se ao ponto de hoje ela estar correndo o risco de perder seu piso salarial na TRT, em função do dissídio. A diretoria do sindicato, com sua postura burocrática e imobilista, cumpriu um papel decisivo na perpetuação desse quadro desolador. A chapa 1, apoiada por ela e articulada por simpatizantes dos jornais “Voz da Unidade” e “Tribuna da Luta Operária”, representa a continuidade dessa desastrosa gestão.

Assine EM TEMPO

Presente na luta
contra os pelegos



A Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal EM TEMPO

Nome:

Endereço:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Preço: assinatura anual: Cr\$ 5.000,00

assinatura semestral: Cr\$ 2.500,00

Dia Internacional da Mulher

8 de março

Por Marília Carvalho

O primeiro Dia Internacional da Mulher foi organizado a 19 de março de 1911, aniversário de uma insurreição do proletariado prussiano. Nesta data, 30 mil trabalhadoras marcharam nas ruas de Viena. A comemoração em vários países diferentes da Europa era o resultado de uma proposta de Clara Zetkin, militante revolucionária alemã, à Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, Dinamarca, em 1910.

Em 1913, a data foi transferida para o dia 8 de março e permanece neste dia desde então. No dia 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil de Nova York morreram queimadas dentro da própria fábrica. Elas lutavam por melhores condições de trabalho e pela redução da jornada de 16 para 10 horas diárias. Estavam em greve e ocuparam a fábrica, que foi incendiada criminosamente pela polícia. O Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente, é uma homenagem a estas operárias assassinadas.

Rússia, 1917

Em 1917, na Rússia, as manifestações do Dia Internacional da Mulher marcaram o início da insurreição que derrubou a ditadura do czar e levou à famosa revolução de outubro. De acordo com o antigo calendário russo à famosa revolução de outubro. De acordo com o antigo calendário russo, o dia 8 de março do ocidente correspondia ao dia 23 de fevereiro. Nesta data, apesar das recomendações contrárias de todos os partidos — inclusive os bolcheviques, que temiam uma explosão de revolta e enfrentamentos para os quais os operários não estariam suficientemente preparados — as operárias têxteis de diversas fábricas de Petrogrado abandonaram o trabalho e enviaram delegados aos metalúrgicos, pedindo-lhes apoio à greve.

Em sua História da Revolução Russa, Trotsky assim descreve este dia: "É evidente, pois, que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias e que esta iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais oprimida e explorada que as demais — as operárias da indústria têxtil. (...) O impulso decisivo originou-se das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número de grevistas, homens e mulheres, somou neste dia por volta de 90 mil. O espírito combativo exteriorizou-se em manifestações, atos públicos e choques com a polícia. (...) Uma multidão de mulheres, nem todas operárias, dirigiu-se à Duma (assembléia) Municipal, pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão, mas também não queriam mais a ditadura nem a guerra (I Guerra Mundial). O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio



França, 1909; 1979



Brasil, 1981

de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia nas entranhas."

Laços internacionais

A União Soviética e os demais Estados Operários burocratizados continuaram a promover comemorações no Dia Internacional da Mulher. Mas, a partir da década de trinta, a vitória da contra-revolução burocrática na União Soviética significou também o fortalecimento do sistema familiar e da escravidão doméstica das mulheres. Assim, nestes países, o 8 de Março é celebrado num estilo que mais lembra o "Dia das Mães" dos países ocidentais do que a tradição combativa dos primeiros anos.

No início da década de 1970, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, o movimento de mulheres voltou a se organizar em torno do 8 de março, celebrando sua força crescente e a compreensão da importância dos laços internacionais entre as mulheres em luta. O 8 de março retomou não apenas sua tradição de combatividade, mas ganhou um tom cada vez mais feminista, com o enfrentamento a todas as instituições que mantêm a opressão das mulheres: a família, a Igreja, o Estado. O melhor exemplo é a luta pela legalização do aborto, que ganhou contornos internacionais, mostrando na prática a importância da unidade das mulheres de todos os países.

No Brasil, o Dia Internacional da Mulher é comemorado desde 1975, quando o pretexto do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, abriu espaço para a primeira comemoração. Desde então, esta data tem sido o momento privilegiado para a organização do movimento de mulheres, através de encontros, congressos e atos políticos realizados em todas as grandes cidades do país.

Este ano, no bojo da unidade conquistada pelos setores oprimidos na luta pelas eleições diretas, estão sendo organizadas grandes manifestações unitárias de mulheres. No dia 24 de fevereiro, as mulheres brasileiras comemoraram 52 anos da conquista do voto feminino no país. E no dia 8 de março estarão lutando contra os planos de controle da natalidade impostos pela ditadura e pelos banqueiros internacionais; por creches diretas; contra a violência sobre as mulheres e contra a sua discriminação salarial.

As centenas de brasileiras que vêm se reunindo para preparar estas manifestações estão conscientes de que a nossa luta é a mesma das operárias têxteis de Nova York em 1857 e das russas em 1917. De que também na Nicarágua, em El Salvador, no Chile, no Uruguai, na Polônia, na França, nos Estados Unidos, outros milhares de mulheres também estão se preparando e que o nosso grito percorrerá o mundo inteiro no dia 8 de março: Pela libertação das mulheres! Pela libertação de toda a humanidade da exploração, da guerra e da miséria!

O QUE É FEMINISMO 8

A libertação das mulheres será obra das próprias mulheres

Quando se pergunta porque as mulheres devem se reunir em grupos não mistos, a explicação mais comum é a necessidade de desenvolver a sua expressão política. É a necessidade de revelarem seu potencial, sem sofrerem repressão ou depreciação por parte dos homens; é discutirem sua sexualidade sem barreiras. Embora este seja um argumento importante, ele leva em conta apenas as características individuais, que são o resultado de um processo de opressão social. Neste caso, nada justificaria a não participação, nestes grupos, de homens que também tenham dificuldades de se expressar, que sejam tímidos ou inibidos.

Se muitas mulheres se decidem, ocasionalmente, por organizar grupos não mistos pela simples razão de se sentirem mais à vontade para expor suas questões e debatê-las, isso, por si só, não justifica a necessidade de formas de organização só de mulheres.

O que justifica a organização das mulheres em organismos não mistos é a necessidade de construir um movimento de mulheres pela sua libertação. As mulheres sofrem uma opressão específica que as unifica e delimita como um setor social: o sexo feminino. Somente elas sofrem esta opressão e somente elas têm o poder de conquistar o seu fim. Esse é o ponto de

partida para entender o que é autonomia do movimento de mulheres.

Integrado à luta de classes

Muitas correntes de esquerda alegam que construir um movimento de mulheres é sinônimo de desvincular esta luta da luta dos trabalhadores. As mulheres deveriam manter-se apenas dentro das estruturas de outros movimentos — sindicatos, partidos políticos, entidades populares — para garantir o caráter classista do movimento pela libertação das mulheres.

Mas um movimento de mulheres autônomo não significa um movimento independente e alheio à luta de classes e às perspectivas do movimento operário. Autonomia, significa que o movimento de mulheres não deve estar subordinado a nenhum partido ou corrente política, que são as próprias mulheres que devem dirigir as suas lutas e que nesse movimento a prioridade absoluta são as lutas contra a opressão das mulheres.

O que vai garantir que o movimento tenha um caráter classista e incorpore uma perspectiva revolucionária é o aprofundamento destas lutas e o questionamento das raízes da opressão das

mulheres. E este rumo só é possível sob uma direção revolucionária.

Como se expressa a autonomia

Autonomia significa que os partidos e correntes políticas devem levar suas propostas para o movimento e respeitar as decisões tomadas dentro de suas instâncias. Significa independência em relação ao Estado, ditatorial ou aparentemente democrático. Mas significa, principalmente, que as próprias mulheres possam decidir sobre os rumos do seu movimento. Para isso são necessárias formas de organização não mistas, unitárias, massivas, democráticas e permanentes.

Os grupos feministas autônomos que existem hoje em nosso país não são a expressão da autonomia do movimento de mulheres. Alguns deles reúnem mulheres com determinados entendimentos sobre o feminismo, o que os caracteriza mais como correntes políticas de intervenção no movimento. Outros são grupos de trabalho sobre questões determinadas — violência, sexualidade, centros de documentação — que nem pretendem se constituir como entidades do movimento de massas. Tais grupos são parte do

movimento de mulheres mas não são, em si mesmos, a expressão da autonomia do movimento.

A autonomia é a própria auto-organização das mulheres que lutam por sua libertação em instâncias unitárias de discussão e deliberação. A autonomia é uma bandeira de luta a ser conquistada permanentemente: no Brasil, na Nicarágua, em Cuba ou na Polônia, em qualquer lugar, em qualquer momento, quando houver qualquer forma de opressão específica sobre as mulheres. É a busca da auto-determinação do conjunto das mulheres sobre o seu processo de libertação.

Essa auto-organização só é possível através da construção de organismos de base das mulheres nos bairros, escolas, hospitais, empresas, bancos, fábricas. A partir de um programa de lutas comuns e do desenvolvimento de suas experiências as mulheres organizadas se constituirão num movimento unificado e buscarão formas de centralização permanentes, entidades que sejam a expressão da força e da diversidade de seu movimento.

Na próxima edição falaremos do papel do movimento de mulheres na construção da sociedade socialista.

O último combate

Aos 60 anos da morte do grande revolucionário, um artigo enfocando a dramática luta de Lênin contra a burocratização do poder soviético, contra a afirmação da autoridade de Stalin no partido.

O domínio da burocracia foi fruto de uma prolongada e sangrenta luta no interior do partido bolchevique. Stalin, para consolidar o seu poder, teve de executar ou prender todos os membros do Comitê Central remanescentes da época de Lênin.

Fatos que se chocam com a versão em moda, de que o stalinismo é simples prolongamento do leninismo e de que a burocratização é o fruto inevitável da concepção leninista de partido.

A idéia de que Stalin meramente continuou a obra de Lênin foi defendida durante décadas pelos Partidos Comunistas oficiais. Muito poucas tendências políticas têm algum interesse em revelar o fato histórico de que durante os últimos anos de sua vida, Lênin travou uma grande batalha contra a crescente burocracia no interior do Partido Comunista e do Estado Soviético, de que ele propôs um bloco político a Trotsky para enfrentar a burocracia e que tentou tirar Stalin da sua posição de Secretário Geral do partido.

Além disso, nos anos 30, quando Stalin estava consolidando sua posição na União Soviética teve de executar todos os membros do Comitê Central remanescentes da época de Lênin, para consegui-lo.

Durante os dois últimos anos de sua vida, de 1922 a 1924, Lênin sofreu um debilitamento de sua saúde que tornou sua atividade política intermitente e fisicamente difícil. Mas nesta época travou uma grande e crescente luta contra a afirmação de Stalin e o poder ascendente da burocracia na Rússia.

Dez milhões de mortos

A Revolução Russa se desenvolveu no começo dos anos 20 em meio a uma economia destruída pela guerra e as invasões estrangeiras de 1918-20. A indústria virtualmente entrou em colapso. Enquanto a vida econômica do país se desagregava, milhares dos melhores e mais dedicados comunistas foram mortos na guerra civil. A própria classe operária organizada foi dispersada na medida em que as empresas industriais deixavam de funcionar.

Fora da Rússia, os social-democratas na Alemanha estrangularam a revolução. Em primeiro lugar votaram pelo tratado de Brest-Litovsk, sob o qual os bolcheviques foram forçados a perder um terço das áreas industriais do país para o governo do Kaiser. Em seguida, quando a classe operária alemã se levantou e derrubou o regime do Kaiser, em 1918/19, os social-democratas se aliaram com os fascistas para assassinar dezenas de milhares de trabalhadores alemães.

Por volta de 1921 a revolução russa estava isolada internacionalmente e bloqueada econômica e politicamente. Por volta de dez milhões de pessoas morreram sob os efeitos diretos e indiretos das invasões estrangeiras do país.

Quem dirige o carro

Neste período os soviéticos, os conselhos de trabalhadores eleitos dos quais o governo soviético teoricamente derivava sua autoridade, progressivamente deixaram de atuar. O aparelho do partido bolchevique se tornou mais e mais interligado com a burocracia de Estado, composta muitas vezes pela antiga burocracia czarista. Apareceu o perigo da criação de uma camada burocrática cujos interesses se diferenciavam e separariam dos interesses dos operários e camponeses comuns.

No XI Congresso do partido, em março-abril de 1922 — a última conferência nacional na qual Lênin

na direção desejada por alguém, como se fosse dirigido por alguma mão misteriosa e incontrolável, Deus sabe de quem, talvez de um mercador, ou um capitalista privado, ou ambos”.

O perigo burocrático

Antes de novembro de 1922 Lênin ainda via o problema em termos de colocar comunistas capazes e responsáveis em posições-chave para lutar contra o perigo burocrático. Manteve sua confiança no aparelho do partido. Mas em dezembro de 1922 houve uma mudança brusca, quando Lênin propôs a Trotsky um bloco político para defender o monopólio estatal do comércio exterior, que estava sendo

Econômica) que foi introduzida na Rússia em 1921. Durante a guerra civil, dada a ruptura de relações normais entre a cidade e o campo, os bolcheviques estabeleceram requisições forçadas de alimentos do camponato para alimentar as cidades. Com o fim da guerra civil o governo soviético procurou incrementar a produtividade na agricultura e estabelecer relações entre os trabalhadores nas cidades e os camponeses.

O debate sobre a NEP

Para este fim propuseram fortalecer as relações de mercado no campo. Os camponeses estariam sujeitos apenas a uma taxa muito limitada paga em produtos agrícolas. O resto da produção poderia ser vendido no mercado e os camponeses poderiam ficar com o lucro. Na medida em que a agricultura privada se recuperou, uma nova camada de camponeses ricos começou a existir com seu próprio capital privado, empregando outros camponeses.

Para os bolcheviques, a introdução da NEP foi um recuo necessário. O fortalecimento do capitalismo no campo, a não ser que muito severamente controlado, ameaçava criar uma classe rural oposta ao socialismo.

Foi neste contexto que o debate sobre o monopólio do comércio exterior irrompeu. Em outubro de 1922, o Comitê Central, na ausência de Lênin e Trotsky, adotou uma resolução visando o enfraquecimento do monopólio. A sua remoção teria permitido aos capitalistas russos estabelecer laços diretos com o mercado mundial capitalista, determinando exportações e importações na base do seu próprio lucro e não das necessidades da economia socializada. Lênin apoiou o monopólio do comércio exterior e seus oponentes foram Stalin e Bukharin.

Lênin convidou Trotsky a formar um bloco para defender a existência do monopólio estatal. No seu encontro de 12 de dezembro, propôs a Trotsky um bloco não apenas em torno da questão do monopólio, mas contra “a burocracia em geral” e contra o Bureau de Organização de Stalin em particular. Lênin estava perdendo confiança na máquina do partido controlada por Stalin.

A questão das nacionalidades

Depois da disputa sobre o monopólio estatal do comércio exterior, o choque seguinte de Lênin com Stalin foi sobre a questão das “nacionalidades”: a relação entre russos, ucranianos, georgianos e outras nações no Estado soviético. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi estabelecida apenas em 30 de dezembro de 1922. Antes disso havia apenas uma federação frouxa entre a República Socialista Russa e cinco outras repúblicas nacionais. Stalin, que estava encarregado da questão das nacionalidades, propôs uma nova federação na qual o poder central ficaria em Moscou.

Stalin e seu auxiliar Ordjonikidzé submeteram os líderes a abusos, “exílio” em Moscou, e até violência física. Quando Lênin tomou conhecimento destes fatos de novo formou um bloco com Trotsky para defender o direito dos georgianos à autonomia e à auto-determinação. Kamenev observou que “Illich está indo à guerra para defender a independência”. Desta vez Stalin resolveu lutar.

Lênin então se preparou para lançar



Rikov, Zinoviev, Kamenev, Yagoda, Radok, Bukharin, Muralov, Rakovsky, Krestinsky:
O Comitê Central da época de Lênin em 1929. Presos ou executados.

pôde falar — ele devotou grande parte da sua contribuição a prevenir contra os riscos do burocratismo. Mas neste estágio Lênin via a ameaça burocrática como vindo do exterior do partido.

No seu Informe Político ele falou da burocracia de Estado como “esta enorme máquina burocrática, esta gigantesca máquina”. Perguntou: “quem está dirigindo quem? Eu duvido muito de que possamos dizer que os comunistas estão dirigindo esta máquina. Para dizer a verdade, não estão dirigindo, estão sendo dirigidos”.

Depois disse que a máquina estatal “é como um carro que não está indo na direção desejada pelo motorista, mas

ameaçado no interior da direção do partido.

Entre dezembro de 1922 e janeiro de 1923, Lênin ditou uma crítica mordaz da condução por Stalin do problema das nacionalidades não russas na União Soviética e propôs a remoção de Stalin do posto de secretário-geral. Além disso Lênin defendeu uma reorganização geral do aparelho de Estado, aumentando o Comitê Central do partido para 50 ou 100 membros e reforçando o papel do planejamento central do Estado.

A luta no interior da direção do partido sobre o monopólio estatal do comércio exterior deve ser vista no contexto da NEP (Nova Política

de Lenin

um ataque no XII Congresso do partido, marcado para março de 1923, mas que foi adiado para abril. Fotieva, secretária de Lênin, contou a Trotsky: "Ele (Lênin) não confia em Stalin e quer se lançar contra ele diante de todo o partido. Ele está preparando uma bomba".

As bases sobre as quais Lênin propôs intervir no congresso do partido eram contra o burocratismo no partido, defesa dos direitos das nacionalidades, e a importância do planejamento estatal diante da ascensão dos "homens da NEP". Ele forneceu a Trotsky, do seu leito de enfermo, notas e correspondência para usar na luta se ele estivesse doente de mais para comparecer.

A "bomba" de Lênin

Na época, Lênin estava se recuperando de um novo ataque. O congresso do partido foi dominado pelo triunvirato emergente de Stalin, Kamenev e Zinoviev. Trotsky, cometendo um erro grave, estabeleceu um compromisso com eles, no lugar de detonar a "bomba" que Lênin tinha preparado. Como um membro relativamente recente do partido, Trotsky sentiu que, sem a presença de Lênin, ele não seria capaz de desafiar os "velhos bolcheviques".

Lênin estava então de fato afastado da luta interna do partido. Mas em seus últimos escritos, especialmente em seu artigo "Mais vale poucos porém bons" ele voltou repetidamente à questão do burocratismo. Propôs uma "purga da nossa máquina de governo", especialmente da Inspeção Operária e Camponesa (dirigida por Stalin). Este organismo, argumentou, foi formado para controlar a burocracia, mas tornou-se um dos seus principais sustentáculos.

As propostas de "Mais vale poucos porém bons" devem ser postas no contexto do seu "Testamento", escrito em dezembro de 1922-janeiro de 1923. Sua proposta neste documento de que

Stalin fosse afastado da secretaria geral pelo seu comportamento rude e inaceitável representa uma crescente consciência de que a fração Stalin-Kamenev-Zinoviev era a representante política do burocratismo crescente. As últimas alianças e lutas políticas de Lênin visavam romper este bloco, e extirpar o câncer do burocratismo. No fim de 1923, 46 dirigentes do partido publicaram uma plataforma contra o crescimento da burocracia. Marca o início da Oposição de Esquerda. Era a continuação real da última luta de Lênin.

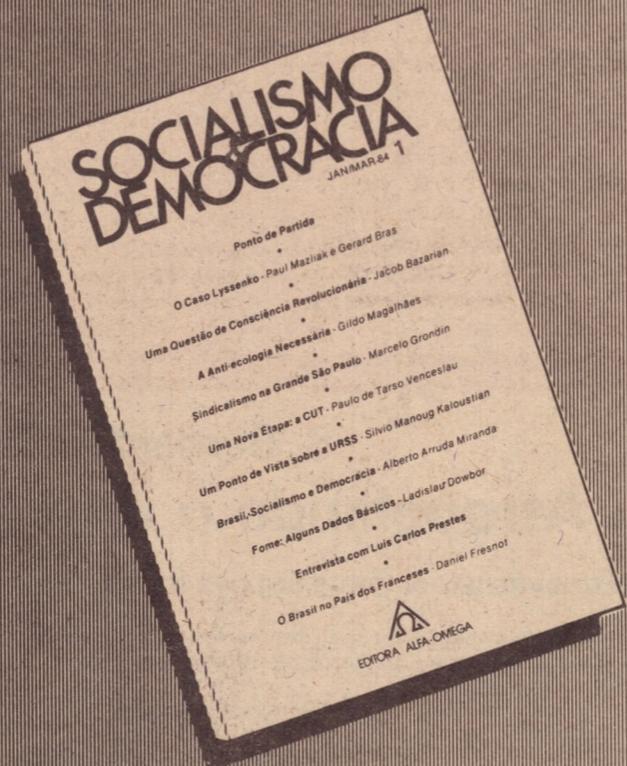
Um estado deformado

Em 1927, a viúva de Lênin, Krupskaya, expressou a opinião de que se Lênin tivesse vivido estaria nas prisões de Stalin. De fato, Lênin começou a luta contra a burocracia na URSS, mas esta luta foi breve demais, e difícil demais para que ele pudesse captar as questões teóricas envolvidas ou levá-la até o fim. Os bolcheviques tiveram o privilégio e a "infelicidade" de dirigir a primeira revolução socialista de sucesso no mundo. Não tinham nenhuma experiência anterior para guiá-los. Mas desde o tempo em que Lênin caracterizava a URSS como "um Estado operário com deformações burocráticas" em 1918, ele mostrou como considerava um perigo grave o processo que finalmente levou à dominação de Stalin.

Não foi a organização leninista que criou a burocracia, mas o isolamento da revolução, a pobreza da economia, a devastação da guerra civil e das invasões estrangeiras. Lênin enfrentou a burocracia stalinista ascendente na Rússia — uma burocracia posteriormente considerada "realista", e até uma aliada, pelos capitalistas e reformistas de todo o mundo.

O programa de Lênin continuou o do controle do Estado pelas massas e controle do partido pelos seus membros. Esta é a verdadeira essência da democracia socialista.

Você se interessa pelo futuro político do Brasil?



leia a nova revista
SOCIALISMO & DEMOCRACIA

SIMI Quero receber... exemplar(es) da Revista SOCIALISMO & DEMOCRACIA Vol. 1 ao preço de Cr\$ 2.000,00 cada.

Minha opção de compra

- contra vale postal c/10% Desc. s/ despesas postais.
 contra cheque nominal c/10% Desc. s/ despesas postais (cheque nominal à Editora Alfa-Omega, Ltda.).
 pelo Reembolso Postal s/ Desc. e c/ despesas postais.

Nome:
 Endereço:
 Cep: Cidade: Estado:

Desejo receber automaticamente o nº 2 de Socialismo & Democracia.



EDITORA ALFA-OMEGA, LTDA. - 05413 - Rua Lisboa, 500 - Tel.: (011) 852-6400 - São Paulo - SP.

As correntes centristas dos anos sessenta

Depois da guerra mundial de 1939/45, houve um ascenso do movimento de massas, que só levou a vitórias revolucionárias em países dependentes como a Iugoslávia, a Albânia e a China. Também houve uma extensão das relações de produção não capitalistas no Leste Europeu, mas aí o fator fundamental não foi um ascenso do movimento de massas, e sim a ocupação por tropas soviéticas. Logo veio a guerra fria, e durante mais de uma década o movimento operário de todos os países capitalistas se dividiu entre social-democratas (alinhados ao imperialismo americano, violentamente anti-comunistas) e stalinistas.

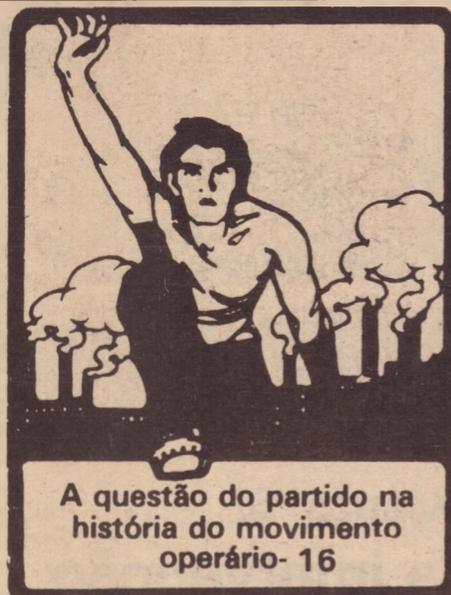
Nesta situação, não havia espaço para outras correntes do movimento operário. Foram totalmente marginalizadas e sobreviveram muito debilitadas (como as organizações da IV Internacional) ou desapareceram (como a grande maioria das organizações centristas de antes da guerra).

As coisas começaram a mudar na década de 60, por uma série de razões. O desenvolvimento da crise do stalinismo (na realidade, começada já com a ruptura entre a URSS e a Iugoslávia em 1948, com a revolta em Berlim Leste em 1953, as revoltas na Polônia e na Hungria em 1956, o "relatório Khrushchev" no mesmo ano, mas muito reforçada com a ruptura aberta China URSS no início dos anos 60 e com as consequências da invasão da Tchecoslováquia pela URSS em 1968), a vitória e o

exemplo da revolução cubana a partir de 1959, o período da "grande revolução cultural proletária" na China, o desenvolvimento da heroica luta do povo vietnamita desde o fim da guerra de 45. Influíram também para alterar as condições, as primeiras manifestações importantes de crise do capitalismo desde 45 até fins da década de 60, a retomada do movimento operário na Europa, reforçado por anos de crescimento econômico e portanto de crescimento do proletariado. Tudo isto levou a uma fermentação que provocou crises em inúmeros PCs e a formação de inúmeras novas organizações revolucionárias ou o reforço de organizações que se tinham mantido muito marginais antes.

As duas correntes mais fortes foram as mais diretamente influenciadas pela revolução cubana, destacando o exemplo da figura do "Che" e seus textos revolucionários, e a influenciada pela revolução chinesa e o maoísmo.

Até meados da década de 70 estas organizações mantiveram uma força razoável, com muitas organizações inclusive tendo vários milhares de militantes (as italianas Lotta Continua, Avanguardia Operaria e Il Manifesto-PDUP; as da Espanha PT, ORT; a própria AP brasileira, entre outras). Mas não foram, em geral, capazes de definir uma estratégia alternativa clara ao reformismo, embora fizessem muitas afirmações de anti-reformismo e chegassem a um grande sectarismo com relação



aos PCs e PSs, considerados simplesmente burgueses ou social-fascistas.

Na verdade, a questão da solução a nível mundial da "crise da direção do proletariado", isto é, a construção de partidos revolucionários com influência de massa por todo o mundo, é uma questão extremamente complexa, que depende de uma profunda recomposição do movimento operário, de rupturas profundas nos partidos reformistas. As organizações revolucionárias que pretendem contribuir para a construção de partidos revolucionários de massa têm de adotar táticas que combinem a apresentação de alternativas estratégicas globais, com táticas de frente

única em relação aos partidos reformistas. Tudo isto estava fora do alcance das organizações centristas.

Assim, elas não foram em geral capazes de enfrentar a conjuntura política mundial de a partir de meados dos anos 70.

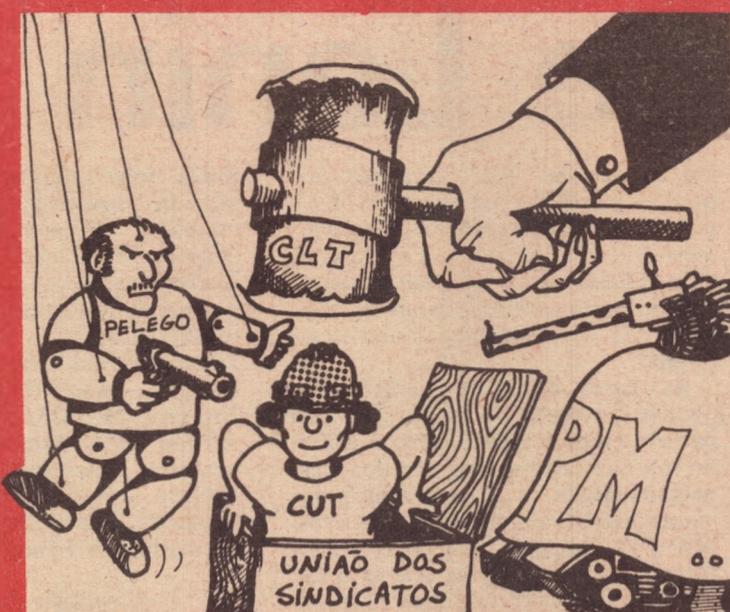
A consequência foi a rápida desagregação da maior parte das organizações centristas. Em 1976, Lotta Continua, uma das mais expressivas e das mais fortes, foi dissolvida; processos semelhantes ocorreram em muitos países, inclusive no Brasil, com a desagregação da Ação Popular, e de todas as organizações que se inspiraram no castrismo ou no maoísmo. Em muitos casos, organizações revolucionárias centristas se realinharam aos PCs ou se ligaram fortemente ao campo da URSS, às vezes adotando políticas ultra-stalinistas (como o MR-8 brasileiro). Parte dos maoístas se alinhou à Albânia, adotando um stalinismo clássico (exemplo do PC do B brasileiro).

O quadro atual é de poucas organizações centristas sobreviventes com importância na Europa (Movimento Comunista na Espanha, Socialist Workers Party na Inglaterra, União Democrática Popular em Portugal), isto é, uma parte mínima de toda a imensa gama de organizações que existiram. Na América do Sul, existem também poucas organizações com razoável expressão: o PS-1 da Bolívia, a UDP do Peru, o MIR do Chile. Na América Central, o caso é distinto, com o desenvolvimento de uma corrente revolucionária que em geral podemos chamar de castrista, que aprofundou uma estratégia revolucionária para alguns países, tem tido vitórias importantes, e exige um estudo à parte.

Três histórias de luta

Quando o governo interviu nos sindicatos dos Petroleiros de Mataripe e de Paulínea, dos metalúrgicos de São Bernardo, dos Metroviários e Bancários de São Paulo, ele tinha um objetivo muito claro: quebrar a resistência e desmoralizar aqueles setores que vinham ocupando um lugar de vanguarda no processo de greve geral e na organização do Conclat onde iria ser fundada a CUT.

Aqui, João Paulo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Azevedo, diretor dos Bancários de São Paulo e Paulo Azevedo, presidente do Sindicato dos Metroviários e membro da Executiva Nacional da CUT falam da resistência dos trabalhadores à intervenção.



S. Bernardo

Atropelando o interventor

Com frequência, os metalúrgicos tomam o prédio do Sindicato.

No início de fevereiro, os metalúrgicos de São Bernardo retomaram mais uma vez a sede de seu sindicato: foram exigir do interventor a imediata readmissão de 11 funcionários por ele demitidos.

Segundo, João Paulo, 2º secretário da diretoria cassada pelo governo em julho do ano passado, esta retomada foi uma das inúmeras já realizadas durante a atual intervenção. Toda vez que os trabalhadores sentem necessidade, usam o prédio do Sindicato para as suas reuniões.

Na prática o Sindicato continua atuando com toda força. Apesar da intervenção, esteve à frente das greves de novembro de 1983 que, começando na Ford, paralisou também a Volkswagen, a Volkswagen Caminhões, a Mercedes-Benz, a Motores Perkins e outras, totalizando 13 empresas. Estas greves derrubaram na prática o decreto 2065. Por exigência da categoria, os patrões foram obrigados a negociar com a diretoria cassada.

A intervenção trouxe inúmeras dificuldades materiais: diretores que tinham tempo livre para a atuação sindical voltaram a trabalhar; a infraestrutura do sindicato, não pode mais ser utilizada, o dinheiro do Sindicato ficou preso nas mãos do interventor. Assim, o aluguel da sede do Fundo de Greve (que é na frente da sede do Sindicato), os gastos com a imprensa, com transporte têm sido sustentados pela própria categoria. Foi lançada a "Campanha dos 100", feita na porta das grandes fábricas da região; mais de 20.000 metalúrgicos contribuíram individualmente com Cr\$ 100,00.

A imprensa do sindicato continua a ser diária, com a publicação de um suplemento da *Tribuna Metalúrgica* com tiragem de 20 mil exemplares.

Estes são distribuídos pelo pessoal das Comissões de Fábrica, das CIPAs.

Campanha salarial

A Campanha Salarial deste ano começou um pouco atrasada, mas já está esquentando. Atualmente estão sendo realizadas reuniões por fábricas e está sendo convocada uma assembléia geral para a sede do sindicato, apesar da intervenção.

Dentre as principais reivindicações já levantadas destacam-se: aumento real de salários e reajuste de 100% do INPC para todas as faixas salariais, estabilidade no emprego, escala móvel de salários (com reajustes a cada aumento de 10% do custo de vida), redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários. E, evidentemente, quem

sentará a mesa de negociações pelos trabalhadores será a diretoria cassada.

Sobre o fim da intervenção, João Paulo considera ser uma boa notícia mas ao mesmo tempo uma manobra do Ministério do Trabalho: o objetivo do governo seria o de que os trabalhadores dividissem suas forças em duas atividades muito importantes, a campanha salarial e as eleições.

João Paulo aproveita a entrevista a *EM TEMPO* para já alertar a todos sobre a importância da solidariedade à luta que certamente se desenvolverá em São Bernardo. O momento decisivo da campanha será em torno do dia 31 de março, véspera da data-base da categoria. Quanto às eleições que serão convocadas para 90 dias após o fim da intervenção, a diretoria cassada não deixará de participar.



Metroviários/SP

Driblando a intervenção

Com forte enraizamento na base e com 80% da categoria sindicalizada, a diretoria cassada manteve o pique.

O sindicato dos metroviários de S.Paulo tem cerca de oito mil trabalhadores na base, concentrados nas estações e pátios de manobras das duas linhas de metrô que servem S.Paulo. Transportando cerca de 30 milhões de passageiros por mês, cifra que a própria Companhia gosta de exibir, é um setor fundamental dos serviços em S.Paulo e estratégico em caso de uma greve geral.

A não paralisação dos transportes

durante o dia 21 de julho, que o governo empenhava-se em garantir foi frustrada justamente por estes trabalhadores. No dia 21 de julho, sem piquetes, o metrô parou, atendendo as diretrizes do comando de greve e do sindicato.

Paulo Azevedo, presidente do sindicato e da Executiva Nacional da CUT, afirma que a categoria, com 80% de sindicalizados, pouco sentiu o efeito político da intervenção. A

diretoria e os ativistas sindicais, mantiveram o trabalho permanente de levar o sindicato para as estações e garagens, mantendo a imprensa sindical periódica e ocupando a sede do sindicato.

O sindicato dos metroviários foi o primeiro a ser devolvido para a categoria e a chapa que disputará as eleições refletirá o trabalho acumulado nesse período e a mesma composição da atual diretoria.

Bancários de São Paulo

A diretoria negocia

A categoria rechaçou os interventores, funcionários graduados na hierarquia bancária.

O primeiro sindicato a ter sua intervenção suspensa foi o dos metroviários e, no dia 25 de janeiro, enquanto 300 mil pessoas reuniam-se na Pça da Sé em S.Paulo no comício pelas diretas, o ministro Murilo Macedo anunciava que, por "razões políticas", suspendia a intervenção em mais três sindicatos: Paulínea, Mataripe e S.Bernardo do Campo. O ministro, que coincidentemente também é banqueiro, não se pronunciou sobre a intervenção do Sindicato dos Bancários.

No silêncio do ministro, podemos ver algumas "razões políticas" que vão desde a pressão dos banqueiros até a pouca articulação das forças mais dóceis ao governo no interior da categoria, o que vem impedindo o patronato de traçar uma estratégia de longo prazo para conter a luta dos bancários.

Um golpe no movimento sindical

A intervenção no Sindicato dos Bancários trouxe consequências danosas para o conjunto do movimento sindical. Devido às características da base — cerca de 110 mil trabalhadores de um setor de serviços que ocupa a espinha dorsal do "modelo" brasileiro — a atividade sindical na categoria sofre a influência direta do grau de mobilização do conjunto do movimento sindical. Além disso, a atuação da diretoria, desde que a oposição expulsou os pelegos em 79, pautou-se pela solidariedade, auxílio material e político ao sindicalismo classista e às oposições sindicais combativas.

Os interventores, que exercem altas funções na hierarquia bancária, não conseguiram penetração na categoria. Fizeram até um ensaio nesse sentido, com a edição de um Boletim Informativo, que deveria ser quinzenal mas não saiu do primeiro número, pelo rechaço da categoria. Nem mesmo o espaço físico do sindicato puderam desfrutar tranquilamente, tendo que disputá-lo com os ativistas e diretoria afastada, e tendo que recorrer várias vezes à polícia federal.

A resistência do sindicato

A tarefa central definida pela diretoria afastada foi a de resistir à intervenção, garantindo a ocupação do espaço físico do sindicato e criando uma infra-estrutura que permitisse a continuidade das atividades da diretoria.

Mas, segundo Luiz Azevedo, para realizar essas tarefas, a diretoria terá que enfrentar inicialmente sua pró-

pria desarticulação, adaptando-se à nova situação de ter de voltar ao trabalho, muitos com risco de perder o emprego.

A *Folha Bancária* diária continuou circulando, veiculando os informes, denúncias, propostas de lutas e mobilizações. Sem contar com o aparelho sindical, sua edição e circulação baseou-se apenas na atividade militante, forçando o desenvolvimento de formas mais criativas de contato com a base.

Para financiar a edição diária da *Folha*, foi feita uma campanha de finanças na própria categoria, com recolhimento de dinheiro pelas agências, com muitas contribuições espontâneas em locais que o sindicato julgava não ter nenhum ativista. Refletiu-se na campanha as diferenças organizativas das subseções. No Centro e na Av. Paulista — o centro financeiro do país — a categoria só sentiu a intervenção devido à campanha financeira, pois a *Folha* circulava regularmente e os funcionários do sindicato garantiam o espaço para a categoria. No entanto, várias regionais não conseguiram aglutinar a vanguarda em torno da subseção.

A diretoria que negocia

Foi a diretoria afastada que sentou à mesa de negociações e que levou a proposta de rejeição do decreto-lei 2065, não assinando o acordo na Campanha salarial em setembro, obrigando o dissídio ir a julgamento.

Mas de acordo Luizinho, a diretoria não chegou a utilizar todo seu potencial de resistência. A falta de um balanço mais profundo da atividade do sindicato nos últimos anos impediu que a diretoria fizesse propostas mais acabadas: não chegou a fazer um plano de organização da categoria sob novas bases, ou mesmo a lançar uma ofensiva de massas pela retomada do sindicato.

Agora, que se torna previsível devolução do sindicato à categoria, a primeira questão colocada pelo diretor responsável pela Imprensa do sindicato é que a diretoria não reivindica eleições, mas sua reintegração. Um parecer favorável ao mandato de segurança impetrado logo após a intervenção, possibilita a diretoria voltar às suas funções e concorrer novamente às eleições.

Uma segunda questão levantada por Luizinho é a necessidade de uma convenção da categoria, realizada por bancos, que com base a um balanço da atuação e de um programa de lutas, eleja os nomes que comporão a chapa de continuidade do trabalho do sindicato.